





**CADERNO DE  
DEBATES  
VOL XII**

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

GESTÃO 2009/2010

*Estuda o elementar: para aqueles  
cuja hora chegou  
não é nunca demasiado tarde.  
Estuda o abc. Não basta, mas  
Estuda. Não te canses.*

*Começa. Tens de saber tudo.  
Estás chamado a ser um dirigente.  
Frequente a escola, desamparado!  
Persegue o saber, morto de frio!*

*Empunha o livro, faminto! É uma arma!  
Estás chamado a ser um dirigente.  
Não temas perguntar, companheiro!  
Não te deixes convencer!  
Compreende tudo por ti mesmo.*

*O que não sabes por ti, não o sabes.  
Confere a conta. Tens de pagá-la.  
Aponta com teu dedo a cada coisa  
e pergunta: "Que é isto? e como é?"  
Estás chamado a ser um dirigente.*

*Bertolt Brecht*

# SUMÁRIO

QUEM SABE MAIS LUTA MELHOR! .....	5
O EMBATE DO MEEF EM DEFESA DA LICENCIATURA AMPLIADA: UNIFICAR PARA AVANÇAR .....	6
A UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE DO CAPITAL .....	12
EDUCAÇÃO E CRISE, UMA RELAÇÃO (DES)HUMANIZADORA .....	22
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A SAÚDE?.....	30
O MOVIMENTO E A CONSCIÊNCIA SOCIAL .....	47

# **QUEM SABE MAIS LUTA MELHOR!**

É com muita satisfação que lançamos o XII Caderno de Debates da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, agora em sua Gestão 2009/2010.

Queremos com ele subsidiar os debates candentes hoje em nosso movimento, e instrumentalizar os estudantes que, não mais satisfeitos com as condições de seus cursos e de suas escolas, almejam por mudanças e oferecem sua força para transformar a realidade.

A luta por uma Educação Física melhor, por uma Universidade melhor e por uma Sociedade melhor exige que saibamos como cada uma dessas esferas funciona; por que motivos chegaram a ser o que são hoje; e que possibilidades de mudanças trazem em si. Sem a noção clara disso, pouco poderemos fazer no sentido de sua transformação.

O conjunto dos textos abordará questões que vão desde os temas específicos da Educação Física, passando pela Universidade e pela Educação, até a luta mais geral pela transformação da sociedade.

Boa Leitura!



**EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
GESTÃO 2009/2010**

# O EMBATE DO MEEF EM DEFESA DA LICENCIATURA AMPLIADA: UNIFICAR PARA AVANÇAR

Geovanna Caroline Zanini Dutra<sup>1</sup>

O presente texto situa-se entre os que discutem a formação de professores de Educação Física. Tem como objetivo fazer uma breve síntese da proposta de formação construída a partir das lutas do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), denominada Licenciatura Ampliada. Para isso primeiramente tentaremos localizar em qual conjuntura surge a referida proposta de formação, bem como fazer uma breve síntese do que de fato é a Licenciatura Ampliada, garantindo a diferenciação das outras propostas de formação.

Posteriormente pretendemos resgatar e problematizar como e onde vem se dando este processo de disputa de projetos para a formação de professores de Educação Física. Por fim, analisaremos e faremos a crítica aos problemas que surgiram ao longo dos anos na tentativa de implementação desta proposta, para que possamos, nessa perspectiva, apontar possibilidades de superação para a efetivação da proposta.

Primeiramente temos que compreender que as propostas de formação de professores não estão descoladas de um projeto de sociedade e de ser humano que se quer formar. A sociedade em que estamos inseridos é baseada no modo de produção capitalista e basicamente na divisão em duas classes sociais, Burguesia e o proletariado. Desta forma, a educação, inserida numa dada organização social, contribui para formar seres humanos que estejam capacitados de produzir e reproduzir a lógica desta sociedade, no caso a manutenção da sociedade organizada em classes.

Essa disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola, e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social,

aos interesses de classe. (FRIGOTTO, 1995, p. 25)

É partindo desse pressuposto que identificamos a necessidade de discutir a formação de professores de Educação Física, a fim de avançarmos e superarmos não só o que está posto enquanto projeto de formação de professores, mas também enquanto projeto de organização de sociedade. Embora as demandas da formação já fossem orientadas, de alguma forma, pelo mercado de trabalho, foi na década de 1980 que tivemos um amplo processo de abertura das políticas neoliberais, o que acarretaram um reordenamento do mundo do trabalho.

O Neoliberalismo significa um avanço na flexibilização das relações de trabalho, desestatização e terceirização dos direitos sociais que estão garantidos na Constituição Federal como responsabilidade do Estado, onde os mesmos passam a ser de agora em diante serviços privados. Ou seja, saúde, educação, etc, não são mais responsabilidade do Estado. O Estado coloca a responsabilidade das políticas de manutenção da saúde da população nas mãos do setor privado, que é quando temos o “boom” das academias de ginásticas no cenário brasileiro, onde a iniciativa privada começa a investir nesse mercado em ascensão.

Nesse momento a Educação Física escolar deixa de ser relevante para o Estado, e inicia-se o incentivo a iniciativa privada no que tange o campo de trabalho desta área do conhecimento, o que acarreta na demanda de uma formação pautada em novas competências para o trabalhador de Educação Física.

Foi nessa lógica, que o campo educacional também teve que se reorganizar. A formação de professores de Educação Física, até este momento,

só previa a formação em Graduação em Educação Física Licenciatura Plena, mas em 1987, com a resolução 03, possibilitou-se a formação em Graduação em Educação Física Bacharelado.

O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) afirma que necessitamos do Curso de Bacharelado para formar os profissionais que atuaram fora do âmbito escolar, entretanto sabemos que essa afirmativa é uma falácia, pois a titulação de Licenciado em Educação Física permite a intervenção deste profissional em qualquer âmbito da Educação Física.

O **Licenciado em Educação Física** trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não-formal, como clubes, academias de ginástica, clínicas, hospitais, hotéis e parques; em empresas que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.(BRASIL, 2010)

Desta forma verificamos que a fragmentação da formação em Licenciatura e Bacharelado é a tentativa de potencializar a flexibilização dos trabalhadores da área da Educação Física, desprovendo-os de seus direitos trabalhistas.

verificamos que a fragmentação entre licenciatura plena *versus* bacharelado é funcional ao sistema. Portanto, consideramos ambas como complementares no atual modo de produzir e reproduzir a vida, servindo, sobretudo, como uma forma de segmentar os trabalhadores da Educação Física. (CRUZ, 2009, p.39)

Desta mesma forma, outro dado que nos permite verificar a intervenção das políticas neoliberais no campo da educação foi durante a década de 90, quando em 1996 foi aprovada a nova Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que prevê uma autonomia para que as universidades pudessem inovar seus currículos, onde estes deveriam atender as demandas regionais e nacionais. (Art. 53, inciso 2) (BRASIL, 1996)

No ano de 1995, com a lei Nº 9.131 tivemos a abertura de um processo de formulações das Diretrizes Curriculares para cada área específica de ensino, ao mesmo tempo em que a Portaria Ministerial Nº 972/97 determinou que as comissões de Especialistas, vinculadas à Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), seriam as responsáveis para preparar as Diretrizes Curriculares de suas respectivas áreas: sistematizar, debater e definir as propostas de Diretrizes Curriculares e encaminhá-las para análise de mérito e decisões cabíveis. Essa portaria regimentou e definiu a forma como se daria a indicação e constituição das Comissões de Especialistas, a forma de organização dos seus trabalhos e determinou que tivesse um mandato de dois anos, com possibilidade de uma única recondução.

Dessa forma, em 1998 tivemos a primeira comissão de especialista que deveria formular uma proposta de Diretrizes Curriculares para a Educação Física. Entretanto, foi somente em 2003 que tivemos de fato uma proposta aprovada. Porém, a referida proposta deixava claros os interesses dos setores da Educação Física, principalmente no que se refere aos interesses do Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF).

Em dezembro de 2003 tivemos uma audiência pública que ocorreu no Conselho Nacional de Educação. Nesta audiência também estavam presentes a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física e o Grupo de Trabalho Temático Formação Profissional e Mercado de Trabalho do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, representado pela professora Celi Taffarel (Coordenadora da Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física Esporte & Lazer da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (LEPEL/FACED/UFBA), que se posicionaram contrários ao que estava sendo aprovado (BIRK, 2005).

Como mencionamos anteriormente, 2004 foi um momento decisivo no que tange os rumos da formação dos professores de Educação Física. Visivelmente identificava-se uma proposta de formação que apontava para formar os trabalhadores que atendessem as demandas do capital e os interesses de certos setores. Nesse período, a Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física Esporte

&Lazer da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (LEPEL) e o MEEF formulam e apresentam uma contraproposta. Essa proposta se materializa na Licenciatura Ampliada.

Entretanto, as Diretrizes Curriculares aprovadas naquele momento não levaram em consideração as amplas discussões que vinham sendo feitas na área, principalmente no que tange a fragmentação do conhecimento, na tentativa de formar um trabalhador que não compreenda a realidade, e desta maneira, que não possa transformá-la. A fragmentação da formação em Licenciatura e Bacharelado é o que materializa a formação de um trabalhador com competências meramente pedagógicas, no caso da Licenciatura, ou puramente técnicas, no caso do Bacharelado.

A proposta de Licenciatura Ampliada se baseia na Licenciatura por entender que: 1) O que baliza a intervenção/atuação do professor de Educação Física é o Trabalho Pedagógico, onde quer que estejamos nos inserindo, será necessário um trato pedagógico com o conhecimento no que tange a Educação Física, o que de fato determina a docência como identidade profissional da Educação Física; 2) A titulação de Graduação em Licenciatura permite a atuação, do professor egresso, nos diversos campos de trabalho da Educação Física, sem restrições de mercado de trabalho; 3) A denominação ampliada é por se basear na proposta de currículo ampliado, pautado em uma formação com base nos princípios morais, éticos, políticos, pedagógicos, científicos e técnicos a partir de uma formação ampla, humanista e crítica, qualificadora da ação acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico e na reflexão filosófica tendo o trabalho como princípio educativo.

Para além disso, para compreender a proposta de Licenciatura Ampliada, temos que partir de dois pressupostos. 1) O ser humano não nasce ser humano, ele se torna, e para isso precisamos ser humanizados; 2) Se precisamos ser humanizados, precisamos ter claro como o ser humano aprende, e o que é necessário que ele aprenda.

Podemos dizer que cada indivíduo *aprende* a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana. (LEONTIEV, 2004, p. 285)

É nesse sentido que verificamos a necessidade da educação, pois é ela que vai garantir o acesso ao que a humanidade já produziu, a fim de que o educando não precise “reinventar a roda”, mas a partir do acesso a este conhecimento possa contribuir para o desenvolvimento da humanidade.

A Educação deve estar referenciada/calçada em um projeto histórico de sociedade e consequentemente de homem que se almeja construir.

Um projeto histórico enuncia o tipo de sociedade ou organização social na qual pretendemos transformar a atual sociedade e os meios que deveremos colocar em prática para sua consecução. Implica uma “cosmovisão”, mas é mais do que isso. é concreto, está amarrado a condições existentes e, a partir delas, postula meios e fins. (FREITAS, 1987, p.123)

Entendemos que a sociedade capitalista, pautada no trabalho assalariado e na exploração do homem pelo homem, não vem contribuindo para a emancipação do mesmo, e por isso, o currículo deve explicitar a defesa de um projeto histórico socialista, bem como possibilitar através de sua organização, que os estudantes tomem consciência de sua tarefa na luta de classes.

No caso da formação de professores de Educação Física, precisamos pautar enquanto formação profissional: a humanização deste ser, e a apropriação dos conhecimentos necessários a respeito da realidade e do trato com o conhecimento da cultura corporal. Essa formação é a base para prepará-lo para formar seres humanos que deverão ter como intencionalidade a transmissão dos conhecimentos que foram construídos como práticas corporais pela humanidade para as gerações futuras, de maneira sistematizada.

A Educação Física é um campo acadêmico-profissional que se fundamenta em conhecimentos das ciências humanas, sociais, da saúde, exatas e da terra, da arte e da filosofia, se constituindo enquanto uma área multidisciplinar. O que leva a sua matriz científica ser a história, do homem e da natureza e a Educação Física pertencer à grande área das ciências humanas e sociais, e não à grande área da saúde e biológica

A formação do professor de Educação Física deve prepará-lo para conhecer, compreender e analisar criticamente a realidade social para nela agir por meio das diferentes manifestações e expressões da cultura corporal. Temos como objeto de estudo da área a cultura corporal. Isso significa que compreendemos os conteúdos da Educação Física como historicamente construídos pelos homens, e sendo assim, devem ser transmitidos de maneira que o educando compreenda a possibilidade de transformação das práticas corporais. A reflexão sobre a cultura corporal, segundo Coletivo de Autores

Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 26)

A resolução CNE Nº07/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Física traz como objeto de estudo o Movimento Humano. Essa perspectiva trabalha os conteúdos da forma que eles se apresentam na sociedade, como se não fizessem parte de uma construção histórica dos seres humanos, como se fossem acabados. Para além disso, o Movimento Humano toma como objetivo central o desenvolvimento das habilidades motoras.

Tomar o Movimento Humano como objeto é assumir, já na formação, uma concepção fragmentada de homem (cognitivo + afetivo + motor). Além do fato de ser um objeto muito abrangente já que o movimento humano não pode ser objeto de investigação de várias disciplinas. (SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 57)

O currículo de formação de professores de Educação Física deve prever/proporcionar uma sólida e consistente formação teórica que permita os alunos terem a compreensão da totalidade sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais que envolvem a Educação Física. Esta formação é baseada no trabalho enquanto princípio educativo.

Diz respeito à formação sólida, calçada nos elementos que permitem, já na formação, a análise da educação (Educação Física) enquanto disciplina, seus campos de estudos, estatuto epistemológico, buscando empreender a compreensão da totalidade do trabalho docente contrário ao aligeiramento da formação. (SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 59)

Entendemos que o trabalho deve ser o princípio educativo, por compreender que o trabalho é fundante do ser humano.

O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria Natureza. (MARX, 1983, p. 149)

Engels complementa da seguinte forma:

Toda riqueza provém do trabalho, asseguram os economistas. E assim o é na realidade: a natureza proporciona os materiais que o trabalho transforma em riqueza. Mas o trabalho é muito mais do que isso: é o fundamento da vida humana. Podemos até afirmar que, sob determinado aspecto, o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 1990, p. 19)

Enquanto professores de Educação Física, o trabalho que desempenhamos é o trabalho educativo. Saviani (2005) afirma que:

Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho (p.12)

E complementa da seguinte forma:

Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Conseqüentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos, e de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir este objetivo. (SAVIANI, 2005, p. 13)

Não estamos falando aqui do trabalho baseado no mercado de trabalho, pois não é ele que deve determinar a formação profissional. Pelo contrário. Estamos falando aqui do trabalho enquanto fundante do homem, e não alienador. Significa que temos que formar os professores a partir de uma sólida e consistente formação que esteja relacionada com o trabalho pedagógico e os conteúdos da cultura corporal, os quais devem estar contextualizados as realidades de atuação.

O trabalho é um elemento integrante da relação da escola com a realidade atual, e neste nível há fusão completa entre ensino e educação. [...] Não se trata de estudar qualquer tipo de trabalho humano, qualquer tipo de dispêndio de energias musculares e ner-

vosas, mas de estudar apenas o trabalho socialmente útil, que determina as relações sociais dos seres humanos. [...] trata-se aqui do valor social do trabalho [...] isto é, da base sobre a qual se edificam a vida e o desenvolvimento da sociedade. (PISTRAK, 2000, p. 50)

Além do que já tratamos, a proposta de Licenciatura Ampliada traz consigo outros princípios, como: Articulação entre ensino, pesquisa e extensão; Tratamento coletivo, interdisciplinar e solidário na produção do conhecimento científico; Avaliação em todos os âmbitos e dimensões (estudante, professor, planos e projetos, instituição) permanentemente; Formação continuada; respeito à autonomia institucional; Gestão democrática; E condições objetivas adequadas de trabalho

Esses são os pilares pelos quais o Movimento Estudantil de Educação Física vem encampando o embate da formação de professores. No ano de 2009, no XXX Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física, em São Paulo, a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física lançou a campanha “Educação Física é uma só. Formação Unificada Já!”. Esta campanha surgiu a partir da constatação dos estudantes de Educação Física da necessidade de fazer um enfrentamento as atuais Diretrizes Curriculares para Educação Física, a necessidade da revogação das mesmas bem como a necessidade de implementação da Licenciatura Ampliada como perspectiva de formação dos professores de Educação Física.

As disputas que o MEEF vem travando, vem se consolidando, principalmente, nas Instituições de Ensino Superior de Educação Física, onde o mesmo vem construindo um enfrentamento no plano teórico e prático, dialogando com professores, estudantes e servidores, tanto sobre a necessidade da revogação destas diretrizes, como da construção/implementação de um currículo pautado na perspectiva da Licenciatura Ampliada.

Temos Universidades onde o processo de reestruturação, pós fragmentação em Licenciatura e Bacharelado, está bem avançado, como na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nestas, os estudantes e professores construíram comissões onde vem se discutindo a for-

mação de professores e o currículo de Educação Física. Se ainda não há consenso da necessidade de implementação da Licenciatura Ampliada por parte de alguns professores, pelo menos, o que vem se apresentando, é que há o diálogo da necessidade de se reestruturar os currículos devido aos grandes problemas e descontentamentos, por parte principalmente dos estudantes, que se mostram nas escolas.

Para além destas universidades, temos exemplos de escolas que não fragmentaram os cursos após a aprovação das atuais Diretrizes Curriculares. Exemplos disso são: curso de Educação Física da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Universidade Estadual do Pará (UEPA), onde só há cursos de Licenciatura em Educação Física. Na UFBA, ainda há a tentativa, por parte do Grupo LEPEL e do MEEF, de implementação da Licenciatura Ampliada. Inclusive já há um currículo construído e proposto calcado nas bases da Licenciatura Ampliada. Entretanto, por problemas de tramites que apresentam ser burocráticos, ainda permanece o currículo de 1989.

Entendemos que está é uma luta política, onde os interesses são antagônicos. O MEEF é um pequeno Movimento Social que vem fazendo esse enfrentamento ao lado de poucos setores da área, como o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) e o Grupo LEPEL/FACED/UFBA. Entretanto, o MEEF permanece fazendo o embate caso a caso, currículo a currículo, escola a escola, já que no âmbito mais geral não vem conseguindo fazer uma resistência expressiva no que tange a implementação da Licenciatura Ampliada como Diretrizes Curriculares para a Graduação em Educação Física.

Sabemos que essa luta é de todos, e por isso, para que de fato consigamos revogar as atuais Diretrizes Curriculares para a Formação de Educação Física, convidamos a todos a compor essa luta, para que cada vez ela cresça mais, e tenhamos mais vitórias, até que seja revogada a Resolução CNE Nº 07/2004, e que tenhamos uma formação que não seja calcada no mercado de trabalho, e nos interesses dos setores da nossa área. É preciso que nesse momento estudantes e professores forme uma unidade para discutirmos um projeto de formação de professores para a Educação Física, a fim de avançarmos nessa luta em defesa da Licenciatura Ampliada.

## NOTAS

1. Estudante de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria, atualmente em mobilidade acadêmica com a Universidade Federal da Bahia; Coordenadora Nacional Geral - ExNEEF Gestão 2009/2010; Militante do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) - Núcleo Salvador.

## REFERÊNCIAS

°BIRK, Márcia. **Interesses e disputas no processo de formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física: as configurações das relações pessoais**. Dissertação (Mestrado). Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2006. **mimeo**.

°BRASIL. LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9394/96. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 de dezembro de 1996.

°COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Magistério. 2º Grau. Série formação do professor)

°CRUZ, Amália Catharina Santos. **O embate de projetos na formação de professores de Educação Física: além da dualidade licenciatura-bacharelado**. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009.

°ENGELS, F. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 4Ed. São Paulo: Global Editora, 1990.

°FREITAS; Luiz Carlos de. "Projeto Histórico, Ciência Pedagógica e "Didática". **Educação e Sociedade**. nº 27. 1987, pp. 122-140.

°LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2ed. São Paulo: Centauro, 2004.

°SANTOS JUNIOR, Cláudio de Lira. **A Formação de Professores Em Educação Física: a Mediação dos Parâmetros Teórico-Metodológicos**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

°SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras aproximações**. 9.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

°MARX, Karl. (1983). **O capital: crítica da economia política**. [Volume 1; Tomo 1; coleção Os economistas]. Régis Barbosa; Flávio R. Kothe (trad.). São Paulo: Abril Cultural.

# A UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE DO CAPITAL

Gabriel Conte<sup>1</sup>

Pedro Silveira<sup>2</sup>

A Universidade, desde sua origem, não cumpre o papel de atender às necessidades fundamentais da realidade da qual é parte, na perspectiva daqueles que constroem com seu trabalho essa realidade: os trabalhadores e as trabalhadoras. Por outro lado, ela geralmente cumpre uma importante função na manutenção dessa sociedade, na perspectiva de quem explora esses trabalhadores. É sobre essa contradição que trataremos aqui, e para isso é preciso resgatar algumas coisas...

Temos quase como óbvio hoje que o conhecimento e a educação de maneira geral têm um espaço próprio: a escola. E a Universidade não deixaria de ser uma escola, talvez em uma forma mais avançada ou hierarquicamente superior. Mas a escola não existiu sempre. A Universidade também não. É preciso localizar na história quando é que os espaços de circulação e produção do conhecimento começam a se modificar a ponto de se assemelhar ao que são hoje, com escolas e Universidades. O período de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, a partir do século XV, é o primeiro a merecer destaque. Não só uma nova base econômica é gestada nesse período, mas todo um novo modo de gerir a vida. E o conhecimento não escapa disso. A ciência começa a tomar o lugar da religião no posto de detentora do conhecimento. Uma retomada dos ideais gregos se coloca no campo das idéias, especialmente a valorização do ser humano enquanto produtor da realidade, fazendo frente ao ideal teológico do feudalismo. Num sentido amplo, esse ideal pode ser entendido como a valorização do homem

(Humanismo) e da natureza, em oposição ao divino e ao sobrenatural, conceitos que haviam impregnado a cultura da Idade Média.

O capitalismo nascente exigia para o seu desenvolvimento não só a eliminação da repugnância ao lucro pregada pela Igreja, mas a promoção da idéia de que o ser humano é livre para decidir sobre o que quer da sua vida, inclusive o que vai comercializar, o que vai pesquisar e que conhecimentos vai adquirir. Para os renascentistas, pensadores desse período, o ser humano podia conhecer tudo que lhe fosse apresentado. O ser humano ideal era aquele que conhecia todas as ciências e todas as artes. Trata-se do ideal de UNIVERSALIDADE, outro ponto que também vai fazer frente com a ideologia feudal. Se todo ser humano é capaz de conhecer, então não faria sentido restringir o conhecimento a uma elite, que por vários séculos se restringiu à Igreja. E foi aí que se impulsionou a criação de espaços onde circularia todo o conhecimento, e onde se produziria mais conhecimento, as Universidades. Locais que abarcariam a universalidade do conhecimento.

Não só o grande comércio e as navegações, que se expandiam nesse período, mas a industrialização que viria alguns séculos depois puderam, através dos métodos científicos que se desenvolviam nas universidades (e também nas próprias indústrias), produzir mais e mais técnicas de manipulação não só da natureza, mas das práticas sociais de maneira geral, sem mais se preocupar se estavam sendo hereges ou comprometendo sua eternidade celeste. Com o desenrolar do capitalismo pelo

mundo, e sua hegemonização, nos séculos XIX e XX, a religião fica em segundo plano, não mais centralizando a produção do conhecimento e a sistematização da ideologia dominante<sup>3</sup>.

A nova realidade trazida pelo capitalismo, entretanto, mostrou rapidamente que os ideais de liberdade e universalidade não diziam respeito a todos os viventes dessa nova sociedade, mas apenas à nova classe dominante que derrubou a nobreza feudal e agora comandava a ordem social, a burguesia. O acesso ao conhecimento deu um salto com relação ao que era a realidade feudal, mas não exatamente como o ideal de universalidade propunha. O amplo desenvolvimento da tecnologia e das possibilidades de explorar a natureza exigiam para o trabalho social indivíduos com maior conhecimento da realidade e dessas novas técnicas de manipulação da realidade material. O desenvolvimento da indústria exigia, assim, trabalhadores<sup>4</sup> com certo conhecimento da realidade, superior ao que era necessário aos servos feudais. O acelerado desenvolvimento das técnicas de manipulação da natureza e a complexificação da organização social vão tornar crescente também o conhecimento que os trabalhadores terão que adquirir para sobreviver nessa sociedade. O acesso ao conhecimento que a maioria das pessoas vai ter nessa nova organização social está diretamente relacionado à quantidade de conhecimento que é necessária ao desenvolvimento material dessa sociedade. Nenhuma vírgula a mais. E falar em desenvolvimento material de uma sociedade dividida em classes é falar no enriquecimento da classe dominante, que vem acompanhado geralmente da degradação da classe dominada.

As escolas vão se constituir como o espaço institucionalizado de transmissão desse conhecimento básico e necessário à reprodução material. O nível mais avançado dessa instituição escolar, em que se chega às vezes a produzir conhecimento, é a Universidade. O desenvolvimento dos espaços de produção de conhecimento, as Universidades, está, portan-

to, diretamente relacionado ao desenvolvimento do comércio e posteriormente da indústria, cujos proprietários são a nova classe dominante da sociedade, a burguesia. É importante destacar que a explosão de conhecimentos produzidos não vai se dar apenas no sentido técnico da produção industrial e do comércio, mas também nas explicações dos mecanismos sociais dessa nova organização humana que é o capitalismo, geralmente no sentido de defendê-la e justificá-la.

## **E NO BRASIL?**

O Brasil foi um país colonizado por uma das principais potências da fase mercantilista do capitalismo, Portugal, que tinha uma forma específica de colonização, basicamente exploratória. Assim, o que se construiu por aqui na época da colonização não foi nenhuma Universidade. A afirmação de que os colégios jesuítas e os seminários contemplavam basicamente as prerrogativas universitárias que nas colônias espanholas na América Latina já se viam espalhadas não tem validade segura (MENDONÇA, 2000). É bastante clara a resistência da implantação de Universidades no Brasil nesse período, não fosse assim, o caráter da própria política de colonização portuguesa estaria controverso. E esta ausência de ensino superior, e de espaços de produção científica não se caracterizou como um problema enquanto as elites da época puderam buscar estudos além do atlântico, principalmente na Universidade de Coimbra.

A partir de 1808, com a vinda da família real para o Brasil, são criados cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado Monárquico, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e, num plano talvez secundário, profissionais de nível médio. Nas tentativas mais tímidas de oferecer ensino na época já se via o intuito com que surgiam e para quê era destinado o conhecimento adquirido nos cursos.

Proclamada a República, outras tenta-

tivas são feitas. Cabe lembrar que, na Constituição de 1891, o ensino superior é mantido como atribuição do Poder Central, mas não exclusivamente. Seu início coincide com a influência positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant, de 1890-1891. A influência do ideal positivista, que já tinha se alastrado pelo centro do capitalismo e chegava ao Brasil, se consolida não só em novas políticas educacionais, mas inclusive marcando seus eixos centrais na última versão da bandeira da República: Ordem e Progresso. De 1889 até 1930, o ensino superior no país sofreu várias alterações em decorrência da promulgação de diferentes dispositivos legais.

Por volta de 1915, a partir de um decreto do Governo Federal, começam a ser reunidas unidades de caráter profissional na capital, Rio de Janeiro, assegurando a estas algum grau de autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), resultando da justaposição de três escolas tradicionais (Engenharia, Direito e Medicina), sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características (FÁVERO, 2006). Decreto esse que surtiu várias críticas à inexatidão ou simplesmente a falta de reflexão com a Universidade no que diz respeito à orientação seguida, ou seja, com que propósito e para quê funcionaria a Universidade no Brasil.

Ainda que nos anos 20 do século XX a discussão sobre Universidade no Brasil já se fazia notável, as primeiras universidades públicas começaram a espalhar-se nos anos 30. Porém, as questões abordadas na década anterior foram elementares na compreensão das instituições universitárias: concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil.

Somente nos anos 30 o Governo Federal elabora um projeto universitário que daria algumas linhas gerais para as instituições, com

a criação de decretos, entre eles os que instituíam um Conselho de Educação e um Estatuto para as universidades brasileiras. Isto tudo não significou que foram estipuladas linhas sérias e reais para o ensino superior, pois as incongruências continuaram. A falta de autonomia às universidades ficou uma questão em aberto devido à própria situação herdada do período anterior, o Governo Provisório, que expressava uma política autoritária que não acabaria com o governo de Vargas, muito pelo contrário. A partir de 1935, ampliaram-se dentro das universidades tendências centralizadoras e autoritárias, desenvolvendo uma nova configuração das universidades no limiar do Estado Novo. No entanto, uma exceção surgiu no meio desse processo, a Universidade do Distrito Federal (UDF), com propostas ousadas e inovadoras, questionando a real tarefa da Universidade, e levantando a bandeira da instituição universitária como lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada. A ditadura Vargas não permitiu que um pólo de resistência como esse se desenvolvesse, e a UDF fora logo extinta, como não tardaria de ser feito.

No Brasil pós-45, após a 2ª Guerra Mundial e o fim do Estado Novo, o modelo nacional prossegue seu processo industrial agora sofrendo influência direta dos EUA. O desenvolvimento a qualquer preço era a meta dos governos que se sucedem sob um clima de democracia e abertura para a intervenção do capital internacional. Devido à instabilidade econômica com altos juros e inflação, a situação social torna-se conflitante, com fortes repercussões nos movimentos de pressão política. A partir dos anos 50, com o desenvolvimento industrial e econômico do país, o atraso das universidades nacionais fica mais evidente e a luta a favor de sua modernização extrapola o âmbito universitário, de professores e alunos, e a discussão percorre vários setores da sociedade. Nesse contexto aparece com força a UNE<sup>5</sup>, no início dos anos 60, promovendo seminários sobre a Reforma Universitária e levantando a voz dos estudantes, combatendo o

caráter elitista, ultrapassado e acrítico das universidades nacionais.

Essas pressões sociais impulsionam algumas modificações na Universidade. O ensino superior que tinha seu apoio nos cursos cede lugar a um todo orgânico, a universidade, que se reestrutura buscando uma racionalidade dos instrumentos da universidade, criando grandes estruturas departamentalizadas. Essas mudanças se iniciam como parte de um conjunto de reformas gerais da sociedade no governo populista de Jango. O desfecho dessas mudanças que foram frutos de processos reivindicatórios se dá com o golpe militar, que vai dar continuidade aos processos de reestruturação das universidades assinando acordos com os EUA, os acordos MEC-USAID, marcado pela constante vinda de assessores americanos, que orientaram as modificações do ensino superior no país. A reforma desse período tentava, de um lado, atender à demanda dos interesses do capital, principalmente na área da indústria e administração e, de outro, responder à pressão por mais vagas, reivindicação que vinha por parte das camadas médias da população. A ampliação das vagas em detrimento da qualidade e o início do incentivo ao ensino privado foram os mecanismos utilizados para a viabilização desse projeto.

No final da década de 60, vários estudos sobre a realidade das universidades nacionais propunham que o Governo Federal enfrentasse de maneira eficaz o problema da reforma universitária visando à sua eficiência, modernização e capacitação para contribuir no desenvolvimento do país. A burguesia brasileira exigia produção de conhecimento em terras tupiniquins para melhor se colocarem no mercado. O relatório obtido pelo Governo a respeito desses estudos expunha que a universidade havia se expandido mas, em seu cerne, permanecia a mesma estrutura anacrônica a entrar o processo de desenvolvimento e os germes da inovação. E ainda, que o sistema como um todo não estava aparelhado para cultivar a investigação científica e tecnológica.

No período final do século XX, a Universidade brasileira vai sofrer mais transformações. Para situarmos a Universidade no último quarto do século é necessário mencionar a crise pela qual o capitalismo como um todo passou em fins da década de 70, e que impulsionou os golpes mais profundos na educação de maneira geral. Após a crise passou a haver um processo de intensificação e reorganização da produtividade do trabalho, chamada de reestruturação produtiva, que tem proporcionado mudanças organizacionais e institucionais nas relações de trabalho. Na tentativa de recompor as taxas de lucratividade do capital, houve a necessidade de reformas no aparelho estatal, além da expansão da produção para áreas ainda não cativas do grande capital. A educação sem dúvida nenhuma era uma delas, construída até então como um direito social garantido pelo Estado, principalmente nos países do centro do capitalismo.

Tendo em vista brevemente o contexto histórico de transformação pela qual as condições de trabalho passaram, vários setores da economia tiveram de avançar bruscamente. Um deles foi o sistema educacional superior, que expressou e expressa, em âmbito global, as reformas educacionais previstas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, órgãos que ditam as principais reformas. Boa parte dos países da periferia do capitalismo (hoje periferia do mundo), senão todos, dependem de empréstimos das agências internacionais – Banco Mundial e FMI – para completar seu orçamento, seja para financiar projetos sociais ou para garantir sistemas de crédito aos empresários. Essa relação de dependência econômica dos Estados Nacionais à essas agências coloca essas últimas na legítima situação (!) de decidir o que será feito com o dinheiro público desses Estados. O Banco Mundial, por exemplo, publica documentos oficiais que ditam as normas das políticas que devem ser implantadas nos diferentes Estados do globo, dentre elas as políticas educacionais. Para estas, o Banco Mundial afirma que a prioridade dos financiamentos deve ser na Edu-

cação Básica, sendo que os outros níveis de escolarização devem buscar recursos em outras fontes. A busca por outras fontes de recursos coloca as instituições educacionais públicas no mesmo patamar das empresas de educação, como igualmente privadas, submetidas à lógica do mercado: competição, indicadores de desempenho, gerenciamento por objetivos, maior controle por parte dos clientes/usuários, dentre outros. Além dos cortes no financiamento público, o Banco Mundial coloca como função da educação a formação de *capital humano*, que não se trata de outra coisa senão uma formação para o mercado de trabalho, uma formação de melhores empregados para o capital. A produção da mercadoria mais importante do sistema sem meias palavras: capital humano.

No caso do Brasil, a adaptação da Universidade aos moldes do Banco Mundial, e a produção do capital humano, se aprofundaram recentemente nos dois mandatos do Governo Lula/PT (2003-2010). O que andava a passos lentos no Governo FHC/PSDB, via projetos de lei de Reforma Universitária que eram em muitos casos barrados ou engavetados; no Governo Lula viraram decretos e medidas provisórias implantados sem enrolação. A educação de maneira geral teve seu financiamento bruto aumentado nesse último governo. O que não aparece são os números relativos de tudo que se expandiu em número de alunos quanto o que não se expandiu em estruturas físicas, contratação de professores, além das modificações a nível didático-pedagógico que a escola, e a Universidade, sofreram nesse período. E que as tornaram mais eficazes na produção da força de trabalho para o capital, e se afastaram mais ainda do sonho de se constituírem como lugares de produção e apropriação do conhecimento elaborado. Desde o início da década de 90, a educação no Brasil vem seguindo a risca cartilha neoliberal; precarizando a educação pública e vendendo-a a iniciativa privada. O que já foi se tornando ruim nos períodos em que os representantes tradicionais da burguesia diri-

ram o governo federal, ficou ainda pior quando o sonho petista virou governo. As empresas de educação, e a burguesia de maneira geral, entretanto, comemoraram. Vejamos exatamente o porquê.

## A UNIVERSIDADE HOJE

Em escala global a Universidade passou a sofrer uma pressão produtivista. A educação em forma rígida passou a contrastar com a flexibilidade exigida pelo mercado. Essa pressão produtivista é uma alavanca para as Reformas da Educação, que impulsiona um ensino esvaziado em formação humanística e cultural, e dominado pela formação técnica. Esse empobrecimento atinge todos os âmbitos da educação universitária, tudo em função do fortalecimento dos interesses do mercado e da reprodução ampliada do capital. A válvula de propagação desses interesses não se apresenta somente na forma organizacional do ensino, mas na disseminação de valores políticos e culturais que regem essa organização e permitem volatilizar os indivíduos à constante *transformação global* e afirmar uma dominação ideológica capaz de consolidar a expansão do capital.

Os sinais mais claros desse processo se mostram com a expansão do ensino superior privado, que acontece simultaneamente a um aumento da precarização das universidades públicas. As políticas educacionais para o ensino superior implantadas pelos governos não só do Brasil, mas de toda a América Latina e de vários outros países da periferia do capitalismo, do início da década de 90 até os dias de hoje, ampliaram a oferta de ensino superior, mas com uma qualidade cada vez menor, e com um envolvimento cada vez maior do setor privado. Uma característica central das reformas educacionais na América Latina é a ênfase nas políticas de descentralização. A idéia central é incentivar as instituições a serem as mais autônomas possíveis. Autônomas para captarem os recursos necessários à ex-

pansão de suas atividades. Essa descentralização no financiamento da educação é estímulo certo à privatização das instituições educacionais, que se vêem obrigadas a buscar dinheiro por outros meios que não o do repasse direto do Estado.

No Brasil, busca-se ao mesmo tempo a garantia de financiamento das instituições públicas pelo setor privado, com a abertura das universidades ao investimento empresarial, essencialmente nas áreas de pesquisa e serviços; e a garantia de financiamento público ao setor privado, com o desenvolvimento de programas de compra de vagas nas universidades particulares por parte do governo. Essas políticas, junto a outras, ligadas a direitos sociais como a saúde, a segurança e a previdência social, faz parte do desmonte neoliberal do Estado. Em seu conjunto tais políticas visam o mesmo fim: diminuir os gastos da união para a criação de Superávit Primário, que se destina basicamente ao pagamento da dívida externa, e estimular o setor privado em detrimento do público, através dessa recente mercadoria chamada *educação*. Quem vende essa mercadoria são as empresas de educação, as faculdades privadas, que cresceram estrondosamente nos últimos anos. Fato corrente desde os anos 70, mas que se torna avassalador na década de 90, as empresas de educação transformaram o ensino superior em mais um lucrativo e expansivo ramo do mercado. Tanto que hoje, no Brasil, a universidade com maior quantidade de alunos deixou de ser a USP e passou a ser UNIP, universidade privada paulista.

O principal meio que o governo brasileiro, já na gestão de Lula/PT, desenvolveu para incentivar o desenvolvimento das empresas educacionais que investem no ensino superior foi o Programa Universidade para Todos, o ProUni. Criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005, o ProUni tem como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior, oferecendo em troca isenções

de alguns tributos àquelas empresas que aderirem ao programa. Em suma, o programa realoca verbas públicas para a iniciativa privada, fazendo concessões fiscais para aumentar a oferta de vagas nessas instituições. Essas inúmeras isenções de impostos têm conseqüências não só econômicas, mas também ideológicas. Economicamente o Estado deixa de arrecadar uma quantia exorbitante que poderia ser transferida de forma mais conseqüente e útil para as universidades públicas. Ideologicamente, as instituições privadas têm plena liberdade e dela bem desfrutam para propagar as idéias que quiserem através de seus cursos, especialmente aquelas que agradam à classe privilegiada, favorecendo a conformação e a desmobilização social.

Nas universidades públicas o sintoma mais claro das políticas neoliberais é a perda da gratuidade do ensino. O fim da gratuidade acontece através da criação de cursos pagos, pagamento de taxas, cobrança de mensalidades, assim como a substituição de parte do financiamento com pessoal por um sistema compensatório de bolsas de estudo (bolsas permanência), em que os estudantes que se beneficiam devem pagá-la com seu trabalho dentro das instituições. Trata-se da atenuação da responsabilidade financeira do Estado pela universidade pública através da transformação da Instituição Pública em Bem Público, o que obriga o Estado a apenas cuidar da *qualidade* do ensino e não mais financiá-lo, o que coloca como necessidade para as universidades a geração de receitas próprias. A formalização dessa geração de receitas próprias vem através das Parcerias Público Privadas. Reguladas pela Lei nº 11.079/2004 as Parcerias Público-Privadas (PPPs) são contratos na qual as empresas ficam encarregadas de executar uma obra pública e/ou prestar serviço público, englobando desde infra-estrutura (energia, petróleo, saneamento, estradas) até a educação propriamente dita. Em contrapartida, as empresas podem cobrar taxas dos usuários do respectivo serviço. O que esses *usuários* se esquecem é que na verdade eles já pagam esses serviços através

dos altos impostos, que deveriam servir para financiar os serviços públicos, dentre eles a Universidade. É a desresponsabilização do Estado com obras ou serviços que deveriam ser garantidos por ele.

Um exemplo dessas parcerias é a Lei de Inovação Tecnológica, que nada mais é do que a parceria entre universidades e a iniciativa privada para pesquisas voltadas para o mercado. Promulgada em 2004, a Lei 10973, de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica, diz que as descobertas científicas dos pesquisadores ficam livres para serem comercializadas e patenteadas, uma vez que “faculta o afastamento temporário dos pesquisadores para colaborar em projetos de pesquisa com instituições e empresas” (Art. 14). Ela ainda “institui mecanismos de apoio ao inventor independente, para tornar viáveis inovações de interesse da sociedade” (Art. 21). Na prática, os interesses da sociedade são os interesses do mercado, que é de onde vem boa parte do investimento das pesquisas. Os pesquisadores contribuem para qualquer área restrita privada e não à sociedade propriamente dita, a quem se deve qualquer mínima expressão descoberta na universidade. Assim, vê-se claramente para onde e para quem são transferidos os conhecimentos obtidos na universidade, gerando implicações contraditórias com as reais necessidades sociais, mas que são discursadas como interesses gerais da nação.

Outra forma dessas parcerias são as Fundações de Apoio, que serviram para legalizar a entrada de dinheiro, através da venda de cursos de especialização, da cobrança de taxas de serviço, mas também captando recursos do próprio governo, que entram na Universidade pela porta dos fundos, sem passar pelas instâncias burocráticas/democráticas da instituição. Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar 92/2007, que criaria outro tipo de Fundação, as Fundações Estatais de Direito Privado. Essas entidades, segundo a proposta, teriam patrimônio e receitas próprias e autonomia gerencial, orçamentária e financeira, não havendo mais controle social

sobre os serviços prestados, corroborando com a falta de transparência, uso indevido dos recursos públicos e ampliando a possibilidade de existência de corrupção e irregularidades, semelhantes aos diversos casos recentes das próprias fundações ditas *de apoio*. Propõe-se também no PL 92/07 a transformação dos Hospitais Universitários em Fundações, o que possibilitaria a eles fazer atendimentos não só pela via pública (SUS), mas também pela via privada (particulares e convênios), o que traria *recursos próprios* para o hospital. Essa medida ataca diretamente, e ao mesmo tempo, a saúde e educação, ao diminuir as possibilidades de atendimento daqueles que não tem outra opção senão o atendimento público, e ao transformar um espaço que deveria ser predominantemente pedagógico e de pesquisa em mais um espaço de prestação de serviços. Isso acaba por gerar uma grave contradição no papel dos HUs, conflitando com o princípio do ensino, pesquisa e extensão (APUFPR-SS, 2009).

Uma medida também recente dessas novas formas de financiar as universidades públicas, mas que não é aparentemente privatizante, é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, aprovado em 2007 pela maioria das Universidades Federais, e que impulsionou projetos semelhantes em várias Universidades Estaduais pelo Brasil. Editado via Decreto (forma básica de se encaminhar coisas na época da ditadura militar), o Art. 1º desse Projeto estabelece como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso à educação superior, no nível de graduação, *pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais*”. O pressuposto desse artigo é, pois, o de que a atual estrutura física e os recursos humanos das universidades estariam sendo subutilizados. É a partir daí que se estabelecem as metas globais de elevar a taxa de conclusão média em cursos presenciais para 90% e de aumentar a relação estudantes/professor para 18/1, ao final de dez anos de projeto (MARTINEZ, TONEGUTTI, 2007). Aumentar

o número de alunos numa proporção maior que a do número de professores ou que a estrutura física das universidades federais hoje é basicamente piorar uma situação que já é ruim. Mais estudantes vão ter o direito de estudar em uma universidade federal? Sim, mas em condições piores do que as atuais. A falta de material, de professores, de espaços tende a se tornar alarmante, comprometendo a qualidade do trabalho educativo. A falta proporcional de recursos para o desenvolvimento das atividades educativas vai, a médio e longo prazo, estimular a busca por *recursos próprios*, ou seja, indiretamente, essa também é mais uma forma de aprofundar o processo de privatização das universidades públicas. O escasso e fragmentado movimento estudantil ainda presente nas universidades federais teve momentos de grande agitação quando da aprovação desse projeto, com várias reitorias ocupadas, e com a aliança, mesmo que temporária, dos vários setores combativos que não se venderam junto com o PT ao capital, lutando contra o REUNI. Infelizmente, essa movimentação não foi acompanhada de uma movimentação dos trabalhadores e trabalhadoras da universidade, o que, dentre outras coisas, comprometeu severamente qualquer possibilidade de barrar tal iniciativa do governo federal.

Todas essas medidas que modificam as relações de financiamento das Universidades e faculdades particulares vêm acompanhadas de alguns mecanismos de controle não só financeiro, mas também de caráter didático-pedagógico. O principal deles é o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861 de 2004. O SINAES tem o objetivo de promover um processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, punindo as instituições que vão mal na avaliação com cortes de verba. O ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) está inscrito no rol dessa avaliação. Seus objetivos confrontam diretamente a autonomia universitária constitucionalmente

assegurada, o seu método de encaminhamento é antidemocrático e como instrumento de avaliação é incompatível com o fazer acadêmico. Ranqueamento, desrespeito às características regionais, centralização nos estudantes, caráter punitivo e obrigatório, e várias outras características que vêm não no sentido de aumentar a qualidade do ensino, da pesquisa ou da extensão nas universidades, mas moldar o que está sendo ensinado e servir de ferramenta publicitária às empresas de educação. Além de ser um meio para impor a eficiência gerencial das instituições em moldes empresariais e legitimar cortes de recursos públicos, essa pretensa avaliação tem sido um poderoso meio de conformar o que é dado a pensar nas universidades e, por conseguinte, um recurso para tentar legitimar o pensamento único nos campi universitários. Em suma, o SINAES reserva ao Estado o papel de fiscalizar, avaliar e punir a educação superior brasileira subjugando a autonomia universitária.

No Brasil, o processo de implantação dessas medidas teve caminho aberto pelo desmonte da resistência dentro da Universidade. Movimento de professores, funcionários e o Movimento Estudantil viveram, e vivem, desde a década de 90, um processo de desmonte e fragmentação de suas lutas e organizações. Acompanhando todo o processo de recuo da esquerda, coroado pela eleição ao posto máximo do Estado Burguês em 2002 do partido construído pela classe trabalhadora nas décadas anteriores, a resistência às medidas neoliberais dentro da universidade não foi suficiente para enfrentar as medidas do Governo Federal. E não só pela fraca resistência dos movimentos organizados dentro da Universidade, fruto de sua ampla fragmentação, mas também pelas táticas que o PT, antes instrumento dos trabalhadores, conseguiu implementar para colocar em prática o projeto burguês de educação. SINAES, ProUni, REUNI, PPPs, Fundações, e vários outras iniciativas vêm taticamente sendo implementadas de forma separada, para dificultar as movimentações das principais vítimas desse processo: os trabalha-

dores e as trabalhadoras da universidade (técnicos e professores) e as/os estudantes. Essas aparecem como medidas de continuidade e propagação da educação como mercadoria, de forma lenta e gradual. Quase vinte anos depois do início da implantação de políticas iguais ou semelhantes a essa em toda a América Latina os resultados não podiam ser melhores: diminuição do investimento público por aluno, queda na qualidade do ensino de maneira generalizada e aumento dos empréstimos aos países da América Latina pelo Banco Mundial. Assim, a reprodução ampliada do capital desliza calma e tranquila através da Universidade, entrando não mais apenas pela porta dos fundos, mas agora pelo portão principal.

Vê-se assim, que esse lugar chamado Universidade continua cumprindo a função de disseminar e produzir algum tipo de conhecimento. Com a expansão do capitalismo, o que se exige cada vez mais são trabalhadores mais capacitados para o trabalho, com maior capacidade técnica. E a Universidade vai efetivamente se universalizando no decorrer da década de 90 exatamente com esse intuito: espalhar a formação técnica, ensinar conhecimento técnico, de manipulação direta da realidade. A produção do conhecimento e a apreensão do que existe de mais avançado cientificamente, que permitiriam uma reflexão mais aprofundada sobre a realidade continuam sendo restritas; não mais à Universidade de maneira geral, como era no início do capitalismo, mas a uma parte específica dessa Universidade: nos mestrados e doutorados, que são oferecidos em sua grande maioria nas universidades públicas (que são poucas) e com número bem mais restrito de vagas. Além disso, existe uma restrição geopolítica dessa produção e apropriação dos conhecimentos científicos. O desmonte das universidades públicas e o desenvolvimento do ensino superior com qualidade técnica é uma realidade do Brasil e dos países da periferia do capitalismo, e não do mundo inteiro. Aprofundou-se nessas últimas décadas uma divisão social do trabalho a nível

global no campo científico. A produção de novos conhecimentos, essencialmente de novas tecnologias, concentra-se cada vez mais nos países centrais do capitalismo: Europa Ocidental, EUA, Japão. Enquanto apenas a aplicação e a reprodução desses conhecimentos é que vai se dar no resto do mundo. Um processo de dupla restrição do acesso ao conhecimento de ponta – dos países centrais e dos programas de pós-graduação – que determinam uma nova conformação das universidades, que servem com cada vez mais competência ao grande capital, seja pela produção de novas tecnologias diretamente empreendidas na produção ou pela formação da força de trabalho cada vez mais qualificada (ou certificada) e técnica (ou ignorante).

## NOTAS

1. Estudante de Educação Física da Universidade Federal do Paraná; Coordenador Nacional de Imprensa e Divulgação - ExNEEF Gestão 2009/2010; Membro do Coletivo Outros Outubros Virão; Militante da Luta Socialista
2. Estudante de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Coordenador Nacional de Finanças - ExNEEF Gestão 2009/2010; Membro do Diretório Acadêmico de Educação Física e Dança - UFRGS; Militante do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) – Núcleo Porto Alegre; Militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
3. Importante destacar que a religião hoje, de maneira geral, não vai entrar em contradição com as correntes científicas hegemônicas, mas apenas perder seu grau de importância. A religião assume novas formas, especialmente depois da Reforma Protestante, que a permitem também assumir um lugar ao sol na produção da ideologia do capital. A fragmentação do conhecimento nessa sociedade permite a maioria das pessoas acreditar que religião e ciência tratam de coisas distintas, por isso não são comparadas, muito menos confrontadas...

4. Classe que emerge em contraposição à burguesia, formada por indivíduos igualmente livres, mas desprovidos de tudo, e que, portanto, tem como única opção de vida oferecer sua capacidade de trabalhar em troca de algumas moedas.

5. A União Nacional dos Estudantes é criada em 1937, ganhando na década de 50 grande expressividade nacional.

## REFERÊNCIAS

°ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN. **PL 92/07 propõe o desmonte do serviço público**. 2009. Disponível em: [www.apufpr.org.br/boletim\\_impreso/boletim\\_31.pdf](http://www.apufpr.org.br/boletim_impreso/boletim_31.pdf)

°FÁVERO, Maria L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Revista Educar, n. 28, p. 17-36, Editora UFPR. Curitiba, 2006.

°MARTINEZ, Milena; TONEGUTTI, Claudio A. **A Universidade Nova, o REUNI e a queda da Universidade Pública**. 2007. Disponível em: [www.andes.org.br/Artigo\\_REUNI.pdf](http://www.andes.org.br/Artigo_REUNI.pdf).

°MENDONÇA, Ana W. P. C. **A Universidade no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, maio, n. 014, São Paulo, 2000. p 131-150.

# EDUCAÇÃO E CRISE, UMA RELAÇÃO (DES)HUMANIZADORA

Marcus Minervini Fuchs<sup>1</sup>

Vinicius de Moraes Brasil<sup>2</sup>

Ao analisarmos a conjuntura, observamos que a crise estrutural do capitalismo (MÉSZÁROS, 2006) se expressa na crise financeira mundial que eclodiu em 2008, quebrando grandes corporações financeiras e, ao mesmo tempo, colocando nas ruas uma massa de desempregados que chegaram aos oitocentos milhões de trabalhadores segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Desta forma a atual sociedade possui mais de um bilhão de pessoas vivendo abaixo da linha da miséria conforme a Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO). No entanto o homem mais rico do mundo, Carlos Slim, possui uma fortuna superior a 25% dos países do mundo juntos, ao passo que a cada quinze minutos uma criança morre de fome no planeta.

Os dados do clima no planeta terra também são alarmantes, em que o Painel Intergovernamental sobre controle climático (IPCC) aponta que se não diminuirmos a emissão de gás carbônico para a atmosfera em 40% até 2020 o planeta terra tomará um rumo sem volta. Diante disto, a Conferência de Copenhague (COP-15) se demonstrou impotente e se legitimou como um grande fracasso na implementação de metas que atendam as exigências climáticas dos próximos anos. Isto ficou evidente quando os EUA com apenas 5% da população mundial e responsável pela emissão de 25% do dióxido de carbono na atmosfera, negou-se a reduzir seus índices de emissão de gases estufas, mostrando a impotência da conferência. O IPCC aponta que até o fim do século o planeta vai aquecer entre 1,8 e 4 graus Celsius, o que provocará o aumento no nível do mar em 58 centímetros. Também irão multiplicar os períodos de secas, vagas de calor, precipitações intensas, que devem provocar uma onda de deslocados sem precedentes, o relatório do IPCC fala na possibilidade de

virem a existir cerca de 200 milhões de refugiados “climáticos” até o fim do século.

A partir dessa contraditória realidade, fica nítida a necessidade de traçar um debate sobre educação e crise, tendo em vista que a educação tem um papel fundamental na superação dos problemas apontados anteriormente, ainda mais que passamos por um período de crise econômica do capital. Sendo assim, não podemos deixar de colocar os fatores que desencadeiam estes alarmantes dados, assim como, as constantes crises que estão internamente ligadas ao atual sistema econômico de produção, o capitalismo, e que conseqüentemente, atingem os demais setores da sociedade como um todo. Logo, não podemos deixar de trazer a característica daqueles que constroem a sociedade e toda a educação, os seres humanos.

## HOMEM E TRABALHO

Para tentarmos entender, como que se dá o processo educativo, para vermos em que caminhos o mesmo anda, é necessário entender o que diferencia os seres humanos dos outros animais para termos uma concreta concepção de como a sociedade e por conseqüência a educação se constroem.

O mundo passou, e ainda passa, por um constante processo de transformações. Processo esse, que, por início se deu por leis da natureza e que vem se modificando com o tempo. Mas fica a questão, quando que, um ser vivo começou a desenvolver uma capacidade psíquica superior a ponto de colocar a natureza a seu serviço?

Para responder essa pergunta trazemos a seguinte citação:

A espécie humana desenvolveu-se como um outro **novo tipo de ser**, até então inexistente, e cuja as peculiaridades não se devem a herança biológica nem as condições geneticamente predeterminadas: um modo de ser radicalmente inédito, **o ser social**, dotado de uma complexidade de novo tipo e exponencialmente maior que a verificável na natureza (inorgânica e orgânica). (NETTO & BRAZ, 2008)

Podemos ver nessa citação que, o avanço dessa capacidade de ser humano, vai além das questões orgânicas e inorgânicas da natureza. A necessidade de sobrevivência da espécie, fez com que uma nova atividade desse grupo começasse a os diferenciá-los das demais espécies.

Essa atividade, num grau de desenvolvimento que certamente demandou um dilatadíssimo lapso de tempo, adquiriu características especiais, configurando o que já denominamos *trabalho*. Noutras palavras: Foi através do trabalho – Tal como o sinalizamos nas páginas precedentes – que grupos de primatas se transformaram em grupos humanos, *foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal*. Ou, se se quiser: *o trabalho é fundante do ser social*, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade).” (NETTO & BRAZ, 2008)

Neste sentido, o homem, para ser humano, necessita criar uma relação dialética de transformação da natureza. Ou seja, depende do trabalho para se caracterizar ser humano, e, ao mesmo tempo em que está modificando a natureza, está se modificando. Assim sendo, desde que o trabalho surgiu, fundando o homem, a educação está intimamente ligada a este contexto quando, para continuar o processo de desenvolvimento, necessitamos de formas e meios de trabalho para constituir o ser social. Ou seja, necessitamos de um processo de humanização que está intimamente ligada ao trabalho.

É apoiado no trabalho que o homem organiza as mais diferentes formas de sociedade que

conhecemos até hoje, desde a sociedade primitiva até a moderna e contemporânea sociedade capitalista, que é central em nosso estudo e por isso nos deteremos em sua explicação.

## CAPITALISMO, A MAIS PERVERSA DAS SOCIEDADES

Para Marx e Engels , 2008, a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes, se analisarmos a história notaremos que sempre houve uma disputa muito grande em torno da hegemonia social, política e econômica. Atualmente não é diferente, se observamos a nossa sociedade capitalista é fruto da transição do feudalismo para o capitalismo, em que o marco histórico se dá na revolução francesa, de onde despontaram duas classes antagônicas, a burguesa e a trabalhadora.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membros das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta interrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito. (MARX & ENGELS, 2008).

Logo, para entendermos como se dá a relação entre essas duas classes antagônicas, precisamos entender em cima do que o capitalismo se sustenta.

A Propriedade Privada, para Lange, 1963, (apud BOTTOMORE, 1988) diz que, segundo a teoria marxista, a propriedade dos meios de produção é “o princípio orgânico que determina tanto as relações de produção, como as relações de distribuição”. Assim a classe burguesa (elite dominante) detém a propriedade privada dos meios de produção, os quais a classe trabalhadora só tem acesso através da venda da sua força de trabalho – é através da exploração da força de trabalho que a burguesia extrai a mais-valia da produção – mediante a agregação de valor oriunda do trabalho alheio na relação Homem/Natureza. Ou seja, a classe dominante é aquela que retém os meios de produção e conseqüentemente determina o que vai ser produ-

zido, independente de seu valor de uso, bem como se dará sua distribuição.

Uma vez que a classe trabalhadora não dispõe dos meios de produção para sobreviver, necessita vender sua única mercadoria, que é a força de trabalho, sendo assim fica a mercê dos que detêm os meios de produção, onde estes compram a mão de obra alheia para que esta agregue valor nas mercadorias produzidas. No entanto, estas mercadorias não pertencem a quem trabalha e às produz, mas sim ao detentor dos meios de produção, tornando desta forma o trabalho alienado ao trabalhador.

Sendo assim, na sociedade das mercadorias quanto mais o trabalho entra nesta lógica da acumulação de capital, mais ele perde seu sentido e significado para o trabalhador, uma vez que este se torna alienado, fetichizado para quem realmente trabalha. Ou seja, capital e trabalho são antagônicos. Na medida em que o trabalhador não se apropria daquilo que produziu, o produto de seu trabalho se torna estranho a ele, provocando segundo Braz e Netto, 2008, uma inversão, a mercadoria, criada pelos homens, aparece como algo que lhes é alheio e os domina; a criatura (mercadoria) revela um poder que passa a subordinar o criador, Marx denominou este processo de fetichismo da mercadoria, e por isso nesse tipo de sociedade os homens não são valorizados (e nem se valoram a si mesmos) pelo que são, mas sim pelo que tem, portanto nessa sociedade, o ter subordina o ser.

O capitalismo para ele existir/reproduzir, ele necessita estar em constante expansão. Para que isto ocorra é necessária a acumulação de capital – através da exploração da força de trabalho, extraindo desta forma a mais valia. Para que isto se concretize na prática, a economia capitalista é caracterizada pelos ciclos de acumulação de capital. Portanto é característico do capitalismo os períodos de retração da taxa de lucro, ou seja, as crises – para que o sistema se reestruture e comece a crescer novamente. Marx e Engels exemplificam bem esse processo de crise do capital quando falam:

Nas crises irrompe uma epidemia social que em épocas anteriores seria considerada contra-senso – a epidemia da superprodução. A sociedade se vê de repente em uma situação de barbárie momentânea: A fome e uma guerra geral de extermínio parecem cortar todos os suprimentos de meios

de subsistência, a indústria e o comércio parecem aniquilados (...) As relações burguesas se tornaram estreitas demais para conter toda riqueza por elas produzida. (MARX & ENGELS, 2008, pg. 18).

E como a burguesia, para manter seu poder, faz para reerguer seu sistema econômico de produção? Por um lado, pela destruição forçada de grande quantidade de forças produtivas; por outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa de mercados antigos. (MARX & ENGELS, 2008, pg.19).

É dentro desta lógica expansionista que no capitalismo tudo vira mercadoria, desde as relações pessoais, um carro até a educação. Observa-se que a lógica capitalista entra cada vez mais no que Mézáros (2008) denomina como taxa decrescente do valor de uso das mercadorias – em que cada vez mais se produz coisas superficiais, dotadas de valor de troca, mas que na verdade não tem valor socialmente útil. Portanto para que o processo de acumulação de capital continue ocorrendo, é necessário e natural para o capitalismo que tudo vire mercadoria, pois é na produção da mercadoria que se extrai a mais-valia (lucro).

Para entendermos melhor este movimento do sistema capitalista, necessitamos traçar em algumas linhas como que ocorre o processo de produção nesta sociedade, caracterizando assim o seu metabolismo funcional, em que impera a lógica do lucro e da exploração do homem pelo homem.

A organização do trabalho no MPC (Modo de Produção Capitalista) sofre profundas modificações principalmente após o invento da máquina a vapor, o que possibilitou a revolução industrial, e é a partir deste marco histórico que as forças produtivas passam a se desenvolver exponencialmente, em que a produção de mercadorias se acentuou em tal grau que provocou uma verdadeira metamorfose na sociedade, reestruturando o comércio, as cidades, e a vida das pessoas, e desta forma consolidando o modelo social que vivemos hoje. Pinto, 2007, elucida bem esse período histórico em que o autor aponta que as condições de trabalho especialmente no início do século XIX eram incrivelmente péssimas: tratava-se de galpões escuros, sujos e mal ventilados, abarrotados de máquinas ruidosas e totalmente desprotegidos, nos quais trabalhavam homens, mulheres e crianças em pé o tempo todo, o que lhes causava todos os tipos de defor-

mações nas articulações e na coluna vertebral, não eram raros os desmaios e convulsões e mortes súbitas durante o trabalho.

Em meio a esta situação, surgem às primeiras manifestações dos trabalhadores em busca de condições dignas de trabalho, o que faz a burguesia repensar seu modo de organizar a produção e continuar a expandi-la para todos os cantos do mundo, neste sentido surge o princípio da administração científica, desenvolvido por Frederick Winslow Taylor (1856-1915) ou Taylorismo que buscava através da racionalização das operações efetuadas pelos operários evitar desperdício de tempo e maximizar a produção no menor tempo possível. Cada operário tornou-se apenas responsável por uma parte da produção, que sofria uma decomposição das tarefas em gestos simples e mecanizados.

Em 1913, o modo de produção que passou a vigorar foi o Fordismo, criado por Henry Ford no campo da indústria automobilística dos Estados Unidos, com o intuito de se tornar um sistema de produção e organização do trabalho que maximizasse a fabricação de automóveis, vendendo-os a preços mais baixos. Sob o ponto de vista da organização do trabalho, o Fordismo apoiava-se nos métodos do Taylorismo. O que para Nozaki, 2004, acarretou a alienação do processo de trabalho, e implicou na desqualificação do trabalho através da perda da dimensão criativa e de visão de totalidade, ou seja, a crescente separação entre concepção e execução do trabalho.

O modelo Fordista caracterizava-se pela produção em massa com controle do tempo e movimento do trabalhador, segmentação das funções desenvolvidas pelo operário, separação entre articuladores intelectuais e executores do trabalho e pela organização vertical das unidades fabris. O Fordismo tem seu ápice no período posterior à Segunda Guerra Mundial nas décadas de 1950 a 1960. Essa fase ficou conhecida no capitalismo como Anos Dourados. Vemos que nesse período, a educação era voltada a formar trabalhadores especializados que não pensassem, apenas executassem a função para qual fossem formados, alienando ainda mais o trabalho.

No final da década de 60, presenciou-se o esgotamento do padrão de acumulação Taylorista/Fordista, juntamente com a retração do consumo, conjugada à progressiva saturação dos mercados internos de bens de consumo duráveis.

O esgotamento do padrão de acumulação

Taylorista/Fordista, envolvido na crise da década de 70, e o processo de reestruturação produtiva mantém relações importantes para a composição do elemento de totalidade da resposta do capital com vista à recuperação do seu ciclo reprodutivo e recomposição dos patamares de acumulação, na tentativa de superar sua crise estrutural.

O Taylorismo/Fordismo foi substituído pelo Toyotismo, ou acumulação flexível. O mesmo surgiu entre as décadas de 50 e 70 na fábrica da Toyota, com o intuito de competir com as fábricas americanas, respeitando as características próprias do Japão. A produção se tornou puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo, ou seja, a produção não era feita para o estoque em massa, mas condicionada ao consumo, organizando o conceito "Just in Time". A flexibilidade do modelo produtivo exigiu também flexibilidade dos trabalhadores. Outro aspecto característico desta dimensão da mais-valia está na exploração da inteligência e imaginação do trabalhador, dos seus dotes organizativos, capacidade de cooperação para o trabalho em equipe, um trabalhador polivalente para operar diferentes máquinas, e apesar de tudo, Nozaki (2004) comenta que não foi um pretexto para o aumento do salário.

A partir disto, iniciou-se um processo de reorganização do capital que é caracterizado pela privatização do Estado e a desregulamentação dos direitos trabalhistas já conquistados pela classe trabalhadora. Logo, o modelo de produção Toyotista passou a ser tomado como referência pelos países ocidentais na reestruturação produtiva via políticas e ajustes neoliberais.

Assim, para que o Toyotismo fosse empregado com sucesso nas empresas, era necessário de um "novo" trabalhador, munido de novas competências, que eram lhe fornecida através da educação. Através da escola se formava o trabalhador, reduzindo a formação e direcionando-a ao mercado de trabalho. As capacidades exigidas do trabalhador eram: abstração, facilidade de trabalho em equipe, comunicabilidade, resolução de problemas, decisão, criatividade, responsabilidade pessoal sob a produção, conhecimento gerais e técnico-tecnológicos, entre outros, tornam-se balizadores do processo educativo para o mundo do trabalho neste estágio do capitalismo (Nozaki, 2003).

Nota-se que, para o Toyotismo se firmar, busca pautar em toda a sociedade a pedagogia das competências para formar esse novo trabalhador citado a cima. Assim, a educação deve formar para

a empregabilidade e o professor deve formar no aluno a capacidade de ser polivalente e tolerante nas fases de desemprego (DE SOUZA, 2005). Sendo assim, vemos a educação voltada a potencializar a alienação do trabalhador. Ao mesmo tempo em que há uma desespecialização, ocorre uma desqualificação, ou seja, o trabalho torna-se mais alienante, pois, o trabalhador torna-se mais flexível dentro do ponto de vista do capital, exercendo mais funções, aumentando o desemprego, perdendo direitos trabalhistas, e produzindo mais para o capital.

Então, vimos em toda essa parte que, quando o capital necessitou de modificações, usou da educação para moldar seus novos trabalhadores, assim potencializando e firmando o capitalismo por mais anos. Por isso, temos que fazer a relação entre crise e educação para entender como se dá o processo de consolidação do capital após cada crise.

## EDUCAÇÃO E CRISE UMA RELAÇÃO DIALÉTICA

A crise estrutural do capitalismo fundamenta-se na sua própria lógica de consolidação social, ou seja, baseada na exploração do homem por ele mesmo, na acumulação desenfreada de capital pela burguesia, na propriedade privada dos meios de produção e no antagonismo entre capital e trabalho. Na corrida por esta lógica o sistema metabólico do capital expande cada vez mais a espoliação do meio ambiente, em busca de novos recursos energéticos e mão de obra na sanha de aumentar as riquezas custe o que custar. Neste sentido podemos exemplificar esta crise naquilo que ela tem hoje de mais fenomênico, os modelos de produção (Antunes, 2009).

Para (Antunes, 2009) a crise do Fordismo e do keynesianismo é a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capitalismo, que neste caso se deu devido ao fato da redução das taxas de lucro em decorrência da redução secular da acumulação de capital. Ainda para o mesmo autor a crise era tanto a manifestação do sentido destrutivo da lógica do capital, inserido na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da *incontrolabilidade* do sistema de metabolismo social do capital. É interessante atentarmos para o que Mészáros denomina taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas. “O

capital não considera valor de uso (o qual corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca como coisas separadas, mas como um modo que subordina radicalmente o primeiro ao último” (Mészáros IN Antunes, 2009). A partir desta análise podemos perceber o quanto esta relação vem aumentando cada vez mais através do fetichismo da mercadoria, disseminado pelas relações sociais formadas nos aparatos da burguesia como escola, mídia, igreja, marketing, inculcam nos produtos um poder ideológico enorme que interferem diretamente nas relações sociais, por exemplo: Queiramos hoje ir de chinelo e camiseta em locais como boates e restaurantes. Certamente seríamos barrados, pois o que conta hoje na sociedade é o valor de troca que possuímos, ou seja, o que temos. Nesta perspectiva nos remetemos a Educação Física e observamos que a lógica da divisão dos cursos vem neste sentido, ou seja, formar trabalhadores que atendam as áreas que possuem um maior valor de troca voltando nossa formação para isto, à custa da negação da totalidade dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

A partir disso, vemos que o capitalismo impõe um valor ideológico gigantesco, principalmente em tempos de crise. Esses valores são impostos pela burguesia, sendo que, o pensamento hegemônico de uma sociedade é o pensamento da classe dominante (MARX & ENGELS, 2008), mesmo que esses valores não caibam no nosso cotidiano.

Sendo assim, a cada crise as contradições do capital potencializam-se, ficam mais aparentes, necessitando-se um controle maior da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que, a maneira de organizar o trabalho já não está dando subsídios suficientes para o capital expandir-se, fazendo com que a classe dominante dê normas para a reordenação do mundo do trabalho.

Frente a isto, para o capital se manter, a burguesia tem que mexer no que ela mais tem de precioso, a classe trabalhadora. Neste sentido, usa vários meios para manter o *status quo*. Nenhum ser humano é explorado sem que seja alienado. Então, a mídia, igreja, instituições em geral, são usados como aparatos da burguesia para implementar um poder ideológico imenso na classe trabalhadora, que, se organizasse um terço dos trabalhadores, poderia derrubar a burguesia a sopro.

Assim, um elemento central nesse debate é a educação. A escola, Universidade, instituições de ensino em geral, são usados como aparatos para impor o pensamento hegemônico e moldar o novo

trabalhador, não só nessas instituições, pois, ninguém passa dez horas sem nada aprender (Paracelso IN Mészáros, 2008), usa-se a mídia, o senso comum, a igreja, o esporte, etc. E, a cada crise, modifica-se a maneira de organizar e trabalhar o conhecimento nelas. Já exemplificamos anteriormente isso quando mostramos o reordenamento do mundo do trabalho passando pelas linhas de produção Taylorista/Fordista, e hoje a Toyotista e como formavam os trabalhadores para atender as demandas do capital.

Temos que analisar a última crise da década de 70 para entendermos o motivo de a educação estar nos moldes que está hoje, pois esta crise que deu linhas para o capital se reorganizar e estar no patamar atual. Na década de 1970, combinou-se uma baixa taxa de lucro com altas taxas de juros pela primeira vez na história, ou seja, o capital sai de seu “anos dourados” (comprovando, na prática, que não há meios de se “Humanizar” o capital), entrando em uma grande depressão. Para isso, o neoliberalismo, construído na década de 40 e não posto em prática ainda, caiu como uma luva para aquecer as mãos do capital.

Então, essa nova face mais perversa do capital (Pergher & Nishimura, 2008, pg.5) tem como característica a diminuição do papel do estado, transformação dos direitos sociais em direitos de consumo (privatização), a flexibilidade dos direitos trabalhistas, a opressão maior aos movimentos sociais, controle dos sindicatos, dentre outras características que demonstram o quão perverso esse modelo neoliberal é.

Então fica evidente que, como citamos anteriormente, há formas do capital se reerguer de suas crises, e uma delas é a exploração de novos mercados. Logo, para o capital continuar a se expandir, viu nos direitos sociais como a saúde, trabalho, lazer, dentre outros, e aí inserido também a educação, uma maneira de se explorar e extrair seus lucros. Ou seja, como tudo no capital vira mercadoria, com a educação não poderia ser diferente.

Após a saída de Salvador Allende no poder do Chile, com o golpe militar de Pinochet, que foi apoiado pelos EUA, foi construído o berço do neoliberalismo, onde esse modelo começou a ser colocado em prática. Atualmente vemos, que nesse país praticamente não há educação pública, gratuita e de qualidade, ou seja, o que era um direito social tornou-se um direito de consumo.

No Brasil o caminho não está diferente. O

Neoliberalismo começou a ser posto em prática na década de 90. E só no governo FHC a porcentagem relativa entre instituições de ensino superior, públicas e privadas, de 80% públicas (na década de 80), inverteu-se e passou a ser de 20% universidades públicas, e 80% pagas. A continuidade deste processo se dá no governo Lula/PT, que através da reforma universitária vem amoldando a educação pública aos ditames do capital, implementando a mesma via decretos.

Os freqüentes ataques a educação pública colocaram nas ruas milhares de trabalhadores que se manifestaram contra as reformas educacionais do ensino superior no Brasil, culminando na ocupação das reitorias em 2007, em que a EXNEEF estava presente. No Rio Grande do Sul e em São Paulo o professorado do sistema público de ensino, também vem se colocando a frente das lutas contra a privatização e sucateamento das atuais reformas educacionais, de José Serra em SP, em que cerca de 40 mil docentes das escolas públicas de SP marcharam nas ruas da capital para lutar contra a política neoliberal de sucateamento e precarização da educação.

A governadora Yeda Crusius no RS, que é por sinal principal articuladora da quadrilha que saqueou os cofres da UFSM (universidade Federal de Santa Maria), num esquema que chocou a comunidade Gaúcha, pois, até onde se sabe foram 40 milhões de reais de dinheiro público desviado, e tudo isto comprovado pelo Ministério Público Federal. Os trabalhadores e o movimento estudantil de luta estiveram a frente desta pauta, colocando milhares de trabalhadores nas ruas da capital gaúcha, Porto Alegre, pedindo Fora Yeda! Porém os ataques não pararam por aí, e culminaram no fechamento das escolas itinerantes do MST, que propõem um ensino diferenciado ao da escola capitalista tradicional, demonstrando assim a forma, neoliberal, truculenta de governar.

Entretanto para compreendermos como todos estes ataques a educação são da natureza do capitalismo, necessitamos discorrer algumas linhas, para que entendamos o movimento do metabolismo do capital que rege a nossas vidas através de políticas governamentais conservadoras e reacionárias como as citadas anteriormente.

Neste sentido é importante notar que, para reestruturar o capital na década de 70, necessitou-se elaborar uma pedagogia que venha a suprir as demandas neoliberais, para que a mesma seja posta em prática. Vemos então que, hoje, para

manter um trabalhador precário, polivalente, “autônomo”, etc., o pensamento pedagógico contemporâneo caracteriza-se, entre outras coisas, pela hegemonia de pedagogias relativistas, com destaque para o construtivismo, a pedagogia das competências, a pedagogia dos projetos, a teoria do professor reflexivo e o multiculturalismo. (DUARTE, 2008, pg.1)

Essas pedagogias têm como principal característica, a não reivindicação da superação da sociedade capitalista, onde fica notório que, estão pautadas em um idealismo. Ou seja, pautam o individualismo (mesmo que coloquem que, para a produção tem que se trabalhar em grupo, mas que no mercado de trabalho há uma competição acirrada), negação dos conhecimentos científicos, pautam-se na relatividade (se pautar no cotidiano sem se remeter a história, nem aos dias que virão), negando a totalidade.

Logo, a formação do trabalhador, desde seu ventre, traz características gritantes do Toyotismo, modelo de produção este que está sustentando o Neoliberalismo. Assim fica clara a maneira com que o capital está se usufruindo da educação para moldar os trabalhadores.

Assim vemos que, com esse avanço neoliberal, o desemprego se tornou mais profundo, já que, com o novo tipo de trabalhador moldado pelo capital, proporciona a flexibilidade dos mesmos e o aumento do exército de reserva dos trabalhadores. Sendo assim, está notório que o acesso ao trabalho produtivo está cada vez mais limitado. Também os trabalhadores produzem mais tendo um retorno que não está proporcional a sua produção, logo, a burguesia vem a lucrar mais. Ou seja, o trabalho alienado se potencializa a cada passo que o capital se desenvolve, e a educação só vem a cumprir esse papel quando está a serviço da burguesia.

Mészáros traça essa característica reformista burguesa quando ele afirma que:

caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio cultural, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas como único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da

ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução (2008, pg. 25).

Conseqüentemente, a cada crise, a educação sofre modificações, assim como a maneira de se trabalhar e de se potencializar os meios de produção nas mãos de uma parcela cada vez menor de pessoas. Quem provoca as crises são aqueles que se beneficiam com o capital, e quem paga são os trabalhadores que, dia-a-dia são explorados cada vez mais. Então vemos, que as pautas de reformas da educação que não estão pautadas em um projeto de superação ao capital, só vem a colaborar para a manutenção do *status quo*, a atual reforma universitária do governo Lula/PT é um exemplo disto.

Então podemos afirmar que, a cada crise, a exploração/opressão aos trabalhadores potencializa-se, assim, maximizando o trabalho alienado na sociedade, perdendo, a cada passo de desenvolvimento do capital, seu papel ontológico. Assim, a afirmação que fazemos entre a relação de educação e crise, e baseados nos dados históricos que trouxemos nesse texto, é que, a cada crise, acelera-se, potencializa-se e maximiza o *processo de desumanização*. Ou seja, nos encaminhamos para um estado de barbárie, para o fim da Humanidade.

No entanto, percebemos que a educação vem a formar o tipo de trabalhador e ajuda a dar caminhos para a sociedade. Deste modo, necessitamos de uma educação que tenha princípio no eixo fundante do ser humano, uma educação que vá ao caminho contrário da educação voltada aos interesses do capital, uma educação que traga meios para a superação do capital.

Assim, uma reformulação significativa da educação, é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZÁROS, 2008). Por isso precisamos da educação voltada à superação do capital, o qual vem a desumanizar dia-a-dia toda a sociedade, uma educação *para além do capital*.

## CONCLUSÃO

Portanto, colocamos que, ficou evidente a partir deste texto, o acirramento da luta de classes, a aceleração do processo de desenvolvimento do capital ao estado de Barbárie, ou seja, destruição dos meios de produção, entre eles a força de trabalho, por conseguinte, a desumanização.

Fica notório que, a educação em seu papel fundamental para o desenvolvimento da humanidade, está sendo usada a serviço do capitalismo, pois, vem a moldar a consciência do trabalhador para a lógica perversa do capital, e conseqüentemente se encontra cada vez mais, sucateada, precarizada, privatizada e distante da emancipação humana necessária a superação da incorrigível e destrutiva lógica do capital (MÉSZÁROS, 2008), lógica esta fadada ao fracasso, seja pela superação ou pela destruição de toda a vida humana.

Assim, as lutas sociais são extremamente necessárias para o avanço dos caminhos para a superação do capital, principalmente em tempos de crise, onde as contradições do capital ficam mais aparentes. Sendo as lutas pela educação pública, gratuita e de qualidade, uma pauta fundamental para instrumentalização da classe trabalhadora, no sentido que a mesma se reinsira no seio das lutas sociais em favor de toda classe.

Por isso o movimento estudantil que vive dentro de um período de refluxo (não diferente da classe trabalhadora), deve, a partir de pautas específicas, como a da educação, elencá-las ao projeto histórico socialista, para elevar o nível de consciência da classe trabalhadora, possibilitando a reorganização da mesma, que se encontra fragmentada, complexificada e heterogenizada (ANTUNES, 2009).

Para concluir, utilizando-se de Mészáros, nenhuma reforma que não esteja ligada a um projeto de sociedade para além do capital, vem propor uma real superação as contradições desumanas do atual sistema. Sendo assim, as lutas pela educação devem sempre ter um horizonte, horizonte este que, historicamente vem sendo construído pela classe trabalhadora, e os rumos dessa construção demonstram que o melhor caminho para a superação do capitalismo é a construção do projeto histórico socialista.

## NOTAS

1. Estudante de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Coordenador Nacional de Ensino Pesquisa e Extensão - ExNEEF Gestão 2009/2010; Membro do Diretório Acadêmico do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM (DACEFD/UFSM); Militante do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) - Núcleo Santa Maria.

2. Estudante de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria; Coordenador Regional de Ensino Pesquisa e Extensão - ExNEEF Gestão 2009/2010; Membro do Diretório Acadêmico do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM (DACEFD/UFSM) ; Militante do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) - Núcleo Santa Maria.

## REFERÊNCIAS

- °ANTUNES, Ricardo L.C. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre Afirmação e a Negação do Trabalho**. 10 ed. São Paulo, SP. Editora: Boitempo, 2009.
- °BOTTOMORE, T. (org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, RJ. Editora: Jorge Zahar, 1988.
- °BRAZ, Marcelo; Neto, J.P. **Economias Política uma introdução crítica**. 4° ed. – São Paulo, SP. Cortez, 2008.
- °DUARTE, Newton. **Pela Superação Do Esfacelamento Do Currículo Realizado Pelas Pedagogias Relativistas**. Julho, 2008.
- °MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. São Paulo, SP. Editora: Expressão Popular, 2008.
- °MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. São Paulo, SP. Editora: Boitempo, 2008.
- °NOZAKI, Hajime. **Educação física e reordenamento do mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. Tese de Doutorado. 2004.
- °PERGHER & NISHIMURA. **Conjuntura histórica e resistência estudantil num período de ofensivas neoliberais. Caderno de debates ExNEEF X**. 2008
- °PINTO, Geraldo A. **A Organização do Trabalho no Século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo, SP. Expressão Popular, 2007.
- °SILVA, Eliana N. **A Pedagogia Das Competências no Ideário Da Formação de Professores**. Julho, 2005.

# FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA SAÚDE ?

Marcell Segalla Bueno Arruda<sup>1</sup>

Guilherme Stürmer Lovatto<sup>2</sup>

O presente ensaio tem a tarefa de apresentar o cenário da saúde estabelecendo um recorte específico para a área da educação física. Dentro deste recorte aprofundaremos na questão da formação em educação física contextualizando-a num cenário de avanço patente do neoliberalismo concretizado via políticas públicas de descentralização do Estado.

Para iniciar o debate a ser feito é fundamental uma análise das forças que se relacionam numa conjuntura especialmente complexa, conforme a encontramos agora. Para tal intento o primeiro tópico objetiva apresentar o processo histórico da construção do debate em saúde no Brasil colado ao do SUS, desde os primórdios até dias atuais. O segundo item apresenta um pouco da perspectiva de formação em educação física analisando dois elementos centrais: o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró – Saúde) (BRASIL, 2010) e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em educação física (CONFEEF, 2010). Já o terceiro ponto tenciona estimular a uma reflexão crítica, acerca dos elementos levantados relacionando-os de forma a apresentar uma lógica interna plausível. A partir do acordo com esse constructo vamos concluir o papel evidente da educação física e sua formação focal no campo da saúde dentro de um projeto de sociedade sintetizando uma crítica contundente a essa realidade.

## COMO DESCREVER DE ONDE VEM A SAÚDE?

Em 2008, o Sistema Único de Saúde, doravante denominado SUS, completou 20 anos de existência contando com um retrospecto digno de figurar como o maior sistema público de saúde do mundo em termos de cobertura populacional e de risco, sendo ainda, sua implantação analisada como a mais bem sucedida reforma da área social empreendida sob o novo regime democrático com base no discurso que afirma como princípios doutrinários inicialmente universalidade e integralidade, sendo mais tarde adicionada equidade. Vale destacar neste último que na Idade Moderna a equidade se reduzia a colocar na mesma situação jurídica todos aqueles que se encontravam em circunstâncias de fato semelhantes, hoje o conceito sugere que pessoas diferentes devem ter acesso a recursos de saúde suficientes para suas necessidades de saúde e que o nível de saúde observado entre pessoas diferentes não deve ser influenciado por fatores além do seu controle (NETO, 2004).

Apesar de tudo isso um olhar rápido para os serviços de saúde já permite identificarmos deficiências imediatas desse sistema. As cruéis desigualdades no acesso e utilização dos serviços, onde os mais pobres têm que gastar mais com saúde, mas no país inteiro, o mau atendimento, as filas, a superlotação das emergências, a escassez de recursos nas unidades de saúde, a falta de leitos hospitalares e a demora para a marcação de exames são algumas das evidências da inadequação entre o proposto pelo arcabouço jurídico-legal do SUS

e a realidade dos serviços. É preciso aprofundar além dessas dissonâncias e averiguar que forças estão unidas dentro do SUS e como disputam antagonicamente as ações do serviço resultando no que se materializa partindo da observância das proposições de cada concepção. Assim, evidencia-se um sistema de saúde brasileiro que, ao mesmo tempo, é um dos poucos que possibilita a realização de transplantes de coração, acesso à hemodiálise, dispensação gratuita de medicamentos contra a AIDS, mas que, muitas vezes, não consegue garantir a distribuição de antibióticos ou a realização de consultas médicas básicas e que permite a milhares de pessoas, cotidianamente, amontoarem-se nas salas de espera das emergências sem atendimento adequado.

Apesar do discurso, na prática o que se conserva fortemente no SUS são ainda características medicocêntricas, ou seja, tudo passa pelo médico e todas especialidades são acionadas por ele gerando uma sobrecarga de trabalho. Com isso os atendimentos passam a se dar da forma mais rápida possível para tentar dar conta da demanda de atendimentos. Isso acaba acarretando a desumanização do trabalho, pois o “trabalhador não se objetiva em um produto, mas apenas presta um serviço, o que é umas das condições que podem trazer sofrimento e não realização, se não for adequadamente enfrentada, quer pela qualificação dos cuidadores, quer pelas formas saudáveis de organização do trabalho” (KUENZER, 2004).

Ainda se não bastasse o estabelecimento prático desse modelo medicocêntrico, em finais de 2009 são retomadas discussões no sentido de oficializar o médico como profissional central do serviço de saúde, garantindo a ele todos os direitos de prescrição e orientação de atividades inerentes a outras áreas da saúde que não só a medicina. É o chamado “Ato Médico” que corre como Projeto de Lei do Senado Nº 268/2002 (PLC nº 7.703-C/2006). O Conselho Federal de Medicina – CFM afirma que a medicina precisa regulamentar o exercício de suas práticas profissionais, utilizando o argumento histórico de que

há dois mil anos não existia um rol de profissões ligadas à saúde, ficando todo diagnóstico e prevenção sob controle dos médicos, num claro objetivo de retomar o controle do mercado.

É tarefa árdua tentar entender toda essa conjuntura, por isso faz-se necessária uma análise histórica através da qual possamos nos debruçar, criticamente, sobre o tema deste trabalho, ponderando as causas da condição real que encontramos.

Para começar, vimos após a Proclamação da República (1889), no Brasil, a manutenção dos interesses de uma oligarquia através de intervenções protecionistas do Estado. Algumas análises vêem o desenvolvimento das políticas de saúde nesse período como a pura e simples consequência de estratégias das classes dominantes que exigiam do sistema de saúde uma política de saneamento dos espaços de circulação das mercadorias exportáveis e a erradicação ou controle de doenças que poderiam prejudicar a exportação (MENDES, 1999 p.22).

Essa perceptível relação entre interesses privados e ações públicas em saúde, constituirá uma lógica recorrente de incontáveis outros casos. Um bom exemplo está em 1904, quando ocorre uma campanha de vacinação idealizada e liderada por Oswaldo Cruz, observamos a intenção de erradicar endemias e frequentes epidemias (febre amarela, malária, cólera, peste, varíola etc.) que prejudicavam o comércio em cidades portuárias (como no Rio de Janeiro) onde navios estrangeiros se recusavam a aportar em função da precária situação sanitária. Perante essa ação eclode uma insurreição popular denominada Revolta da Vacina, a população revolta contestava o caráter compulsório da vacinação, ao mesmo tempo em que se punha contrária à reforma urbanística imposta pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, o qual aprovou a demolição de todos os chamados “cortiços” ou “locais insalubres” da cidade, expulsando os respectivos moradores sem oferecer nenhum tipo de amparo. Diversos setores da sociedade

aderiram à revolta levantando até a suspeita de um golpe de Estado sobre o governo Rodrigues Alves.

Oswaldo Cruz foi o ícone de uma geração de médicos formados segundo o paradigma da bacteriologia e influenciados pela pesquisa científica praticada na França e na Alemanha, exercendo forte influência nas concepções sobre as doenças transmissíveis e nas propostas de ações em saúde pública. E nessa linha de raciocínio são fundados centros de referência como: o Instituto Soroterápico Federal (atual Fundação Oswaldo Cruz) no Rio de Janeiro e o Instituto Butantã em São Paulo. Tem início o chamado movimento higienista/sanitarista que tem por característica a produção de conhecimento e a intervenção em ações coletivas relativas, principalmente, ao saneamento. Até 1915 as intervenções foram focadas nas grandes cidades portuárias, após, inicia-se a interiorização geográfica do movimento atingindo a zona rural.

A ideologia sanitaria dos anos 1920 desempenhou um papel de mobilização política. Apesar de ser fundamentalmente um movimento majoritariamente elitizado, o movimento sanitaria tomou grande impulso, atrairdo setores das classes médias, formando correntes favoráveis às teses sanitarias dentro do Congresso e agitando a imprensa. Em torno da idéia de saneamento do Brasil se deu a politização da questão sanitaria durante o primeiro período republicano (SANTOS, 1985 p. 26).

Parece-me que o movimento sanitário representou um canal dos mais importantes na República Velha para o projeto ideológico de construção da nacionalidade. A ligação saúde pública e nacionalidade é talvez o traço mais distintivo do movimento sanitário brasileiro em relação ao europeu e norteamericano [...] Nosso atraso, diziam [os sanitarias] se devia à doença, não ao determinismo biológico. A construção da nacionalidade exigia que as elites desviassem os olhos sempre postos na

Europa para o interior do Brasil, para as grandes endemias dos sertões. A (re) integração dos sertões à civilização do litoral representava o grande desafio para o fortalecimento da nacionalidade, pois população doente = raça fraca = nação sem futuro (SANTOS, 1985 p. 28).

A relevância do movimento sanitário nesse período esteve principalmente nos seus aspectos ideológicos, e não em suas realizações práticas, que não lograram a erradicação das endemias rurais. Mas, ainda que de pouco alcance e reduzida eficácia, a legislação e as políticas de saúde do período lançaram as bases para campanhas subseqüentes e romperam, aqui e ali, a inércia ou a resistência das oligarquias rurais. (SANTOS, 1985 p. 29).

Num salto histórico observamos agora a transição da República Velha para o Estado Novo, passando da Era Sanitária para a Era Vargas passando rapidamente pelas alterações institucionais do campo da saúde pública apresentando relação direta com o novo projeto político vigente fortalecendo conflitos de interesses e oscilações políticas. Nesse período há o reflexo da imigração européia e suas influências intrínsecas, como a iniciativa de mobilização e a organização da classe operária na luta por direitos. A essa ação sindical, incorreram respostas estatais como a fundação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM) em 1933, seguindo-se o dos Comerciários (IAPC) e o dos Bancários (IAPB) em 1934, o dos Industriários (IAPI) em 1936, o dos Servidores do Estado (IPASE) e dos Trabalhadores dos Transportes e Cargas (IAPETEC) em 1938. Ainda sobre os Institutos de Aposentadorias e Pensões vale ressaltar que:

A mudança central é o esquema de financiamento tripartite, agregando-se o Estado como co-financiador juntamente com os empregados e empregadores. Outra inovação importante foi a reunião sob um mesmo regime previdenciário de todos os membros de uma categoria profissional. Em relação à assis-

tência médica, colocou-se, inicialmente, como uma função provisória da incipiente Previdência (LIMA, 2006).

Na prática esta verdadeira engenharia institucional dos IAPs significava que o acesso aos direitos de cidadania estava limitado apenas aos membros da comunidade localizados nas ocupações definidas em lei e que contribuíam para a Previdência. “A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece” (SANTOS, 1998 p. 17). Naquele momento eram pré-cidadãos os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos cujas ocupações não estavam reguladas por lei, como é o caso, por exemplo, das empregadas domésticas. Assim surgem as lutas por saúde, de caráter corporativo, atreladas a essa engenharia, onde a burocracia estatal e a burocracia sindical desempenham papel importante (LIMA, 2006).

Nessas idéias que propunham a promoção de saúde deve se salientar que seu desenvolvimento inicia-se com uma mudança no conceito de saúde, ocorrida nos últimos quarenta anos, a partir de uma crise do paradigma biomédico. Assim, ao tratar de promoção de saúde não se ressalta apenas a cobertura aos serviços de saúde, mas, antes, as inter-relações com a equidade social (ESTEVÃO, PALMA, BAGRICHEVSKY, 2003 p. 32).

Durante as décadas de 40 e 50 dois movimentos inter-relacionados vão marcar os embates no campo da saúde. O primeiro é uma aproximação da saúde com o tema do desenvolvimento econômico-social, que teve implicações principalmente no campo da saúde pública. O segundo é o aumento das tensões pela expansão dos benefícios previdenciários e de assistência médica. No bojo do espírito desenvolvimentista da época, com foco na industrialização, na modernização e na racionalidade do cálculo econômico, as discussões sobre as relações entre saúde e subdesenvolvimento ganham força, ainda que a saúde não

ocupe o mesmo lugar em um discurso civilizador que ocupara no início do século XX.

Associado a essa visão da doença enquanto um limitante do desenvolvimento social estava o que se convencionou chamar “otimismo sanitário” vigente no cenário internacional do pós-guerra.

Propugnava-se o poder da ciência e da medicina em combater e mesmo erradicar, mediante novos recursos tecnológicos e terapêuticos – especialmente os inseticidas de ação residual, como o DDT, e os antibióticos e antimaláricos – as doenças infectocontagiosas em todo o mundo” (LIMA, FONSECA e HOCHMAN, 2005 p. 25).

Durante toda a década 1950 e início dos anos 1960, as ações de saúde pública, principalmente as de combate às endemias rurais, estiveram associadas aos projetos e às ideologias de desenvolvimento culminando com a criação do Ministério da Saúde em 1953. No entanto, o fato mais significativo, com repercussões para o sistema de saúde até os dias de hoje, foi a prevalência de uma política de saúde que apontava uma dicotomia institucional entre assistência médica e saúde pública, com uma crescente inversão dos gastos em favor da primeira. Nessa mesma lógica fomenta-se a recuperação da força de trabalho no campo, modernização rural, ocupação territorial e incorporação dos espaços saneados à lógica da produção capitalista correspondendo à associação entre saúde e desenvolvimento, com a convicção de que a primeira era condição para a segunda. Prevalecia, então, a denominada abordagem restrita da relação saúde e desenvolvimento. Em decorrência disso, nesse período também há uma grande tensão quanto à forma de organização dos processos de controle das doenças, oscilando entre a concepção de campanhas dirigidas verticalmente contra cada doença específica e imposta de fora (concepção hegemônica<sup>3</sup>) e uma outra compreensão de que as campanhas contra as doenças deveriam ser organizadas horizontalmente

em relação ao conjunto das doenças e envolver a promoção de condições básicas de infraestrutura sanitária.

Uma polarização passa a acontecer e consuma-se em 1962, no XV Congresso Brasileiro de Higiene, ao que se percebe a ação da corrente dominante no discurso do então presidente João Goulart na 3ª Conferência Nacional de Saúde:

A política que o Ministério da Saúde deseja implementar na orientação das atividades médico-sanitárias do País se enquadra precisamente dentro da filosofia de que a saúde da população brasileira será uma consequência do processo de desenvolvimento econômico nacional, mas que para ajudar nesse processo o Ministério da Saúde deve dar uma grande contribuição, incorporando os municípios do País em uma rede básica de serviços médico-sanitários (LIMA, FONSECA e HOCHMAN, 2005 p. 63).

As décadas de 1960 e, principalmente, 1970 foram marcadas por uma ampliação constante da cobertura do sistema, com a inclusão de vários segmentos anteriormente não beneficiários do sistema previdenciário e principalmente da medicina previdenciária. Em 1971 instituiu-se o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural) e, em 1972 foram incluídos na Previdência as empregadas domésticas e os autônomos que contribuíssem. Em 1974 é lançado o Plano de Pronta Ação (PPA), que torna universal o direito de atendimento nas emergências.

A expansão dos serviços médicos e hospitalares nesse período aprofundou a tendência de contratação de produtores privados de serviços de saúde como estratégia dominante e de sucateamento dos serviços hospitalares próprios. As ações do INPS se deram de forma a assegurar a ampla predominância da empresa privada. A solução adotada de expansão via setor privado, foi a solução que fez prevalecer os interesses capitalistas em geral e, especificamente, os interesses capitalistas an-

corados no setor, em função da expansão da rede hospitalar privado-lucrativa já iniciado na década de 50. O discurso do regime militar, no entanto, dava essa opção como tecnicamente inexorável e se apoiava na expansão dos serviços como prova de que as medidas eram acertadas.

Enquanto isso, no Canadá, em 1974, surgia uma nova perspectiva de políticas públicas em saúde preconizadas por Lalonde, então ministro da saúde, o qual trouxe consigo a idéia de “adicionar não só anos à vida, mas vida aos anos”. Ele propunha os seguintes termos:

- a. Biologia humana
- b. Sistema de organização dos serviços
- c. O ambiente, o qual envolve o social, o psicológico e o físico
- d. O estilo de vida, que comporta os riscos ocupacionais, padrões de consumo, atividades de lazer etc.

Esse constructo foi corroborado mais tarde, em 1977, na Conferência de Alma-Ata que idealizou o objetivo da “saúde para todos até o ano 2000”. (ALMEIDA-FILHO, 1999 p. 11). Outras declarações e documentos vêm a reboque do novo pensamento sanitário como: o Grupo de trabalho da OMS, a conferência e declaração de Santa Fé, a conferência e declaração de Jacarta. Todo esse movimento foi balizado pela referência aos princípios da carta de Ottawa, a qual coincidiu, cronologicamente, com o desmantelamento das políticas de saúde e bem-estar, face ao recuo da social-democracia e avanço das políticas neoliberais. Nesse mesmo movimento é proposto o ideário da Promoção à Saúde, com sua abordagem socioambiental, introduzindo novos conceitos, idéias e uma nova linguagem sobre o que é saúde e sugerindo caminhos para uma vida saudável, é o que nos recorda CARVALHO (2005). O núcleo filosófico fundamental da Promoção à Saúde é preconizado através do conceito de *empowerment* – doravante mencionado como *empoderamento*. Ele está pre-

sente, por exemplo, nas definições “saúde” e “promoção à saúde” e no âmbito de estratégias da Promoção à Saúde como as de “participação comunitária”, “educação em saúde” e “políticas públicas saudáveis”. Através do empoderamento, a Promoção à Saúde procura possibilitar aos indivíduos e coletivos um aprendizado que os torne capazes de viver a vida em suas distintas etapas e de lidar com as limitações impostas por eventuais enfermidades, sugerindo que estas ações devam ser realizadas em distintos *settings*, entre os quais a escola, o domicílio, o trabalho e os coletivos comunitários. Teorias que dão suporte a este conceito nos ajudam também, a refletir criticamente sobre o uso reducionista de estratégias e ações de empoderamento que levam muitas vezes a culpabilização das vítimas de mazelas sociais ao hiperdimensionar a responsabilidade individual sobre os problemas de saúde (RESENDE, 2008 p.37).

De volta ao Brasil o documento intitulado “A Questão Democrática na Área da Saúde”, elaborado pela Diretoria Nacional do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES) e aprovado no 1º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, realizado na Câmara dos Deputados em outubro de 1979, dá o tom dos movimentos pela saúde durante os anos 1970 e 1980, ao caracterizar as políticas vigentes:

Política que substitui a voz da população pela sabedoria dos tecnocratas e pelas pressões dos diversos setores empresariais; política de saúde que acompanha em seu traçado as linhas gerais do posicionamento sócio-econômico do governo – privatizante, empresarial e concentrada em renda, marginalizando cerca de 70% da população dos benefícios materiais e culturais do crescimento econômico (...) Política de saúde, enfim, que esquece as necessidades reais da população e se norteia exclusivamente pelos interesses da minoria constituída e confirmada pelos donos das empresas

médicas e gestores da indústria da saúde em geral (CEBES, 1997 p. 12).

Nesse trecho do documento, fica patente que a crítica ao sistema de saúde nesse período transcende os limites específicos desse setor e vai de encontro aos movimentos mais globais de contestação ao regime autoritário, relacionando-o com as conseqüências maléficas sobre a saúde da população brasileira.

Esse é o discurso de um ator político com intensa mobilização que emergiu no contexto de redemocratização do País e que foi determinante na implantação de uma das mais radicais reformas de política social realizadas. Trata-se do *movimento sanitário brasileiro*, composto por uma diversidade de atores, mas principalmente por intelectuais e trabalhadores da área da saúde e, posteriormente, por movimentos populares e secretários de saúde. Um conjunto organizado de pessoas e grupos partidários ou não, articulados ao redor de um projeto.

O projeto da reforma sanitária portava um modelo de democracia cujas bases eram, fundamentalmente: a formulação de uma utopia igualitária; a garantia da saúde como direito individual e a construção de um poder local fortalecido pela gestão social democrática (FLEURY, 1997 p. 26).

As bases do movimento sanitário encontram-se no processo ocorrido nas Universidades e instituições de pesquisa durante os anos 1970, que definiram o marco referencial e também a constituição das bases institucionais do movimento, representadas na época pelos Departamentos de Medicina Preventiva (DMPs).

A Reforma Sanitária, desde esta posição política, foi definida como um processo de transformação da norma legal e do aparelho institucional que regulamenta e se responsabiliza pela proteção à saúde dos cidadãos e corresponde a um efetivo deslocamento

do poder político em direção às camadas populares, cuja expressão material se concretiza na busca do direito universal à saúde e na criação de um sistema único sob a égide do Estado (FLEURY, 1997 p. 31).

Portanto, a relação da Reforma Sanitária com a democracia revelou-se com toda sua complexidade: como formulação doutrinária que corporifica, na política pública, os ideais igualitários: como frente de luta e arena na qual se construíram, reforçaram-se ou reformularam-se identidades políticas; como processo de transformação da gestão social e reforma democrática do Estado, dentro dos limites constitucionais.

No entanto, a tradução deste modelo de ética e justiça social em um sistema de saúde de acesso universal e igualitário, garantido legalmente, não se dá de forma imediata, muito menos sem deixar transparecer as profundas desigualdades que segmentam a sociedade brasileira e as novas tendências societárias, que valorizam o individualismo e a produção, em uma economia que pressupõe cada vez mais a inserção diferenciada (FLEURY, 1997 p. 35).

É importante também, nesse processo, ressaltar a relevância da 8ª Conferência Nacional de Saúde, com as seguintes questões que podem ser consideradas centrais na Reforma Sanitária e definidoras dos novos rumos da política nacional de saúde, e devendo estar asseguradas constitucionalmente:

- O conceito de saúde, referido não apenas à assistência médica, mas relacionado com todos os seus determinantes e condicionantes como: trabalho, salário, alimentação, habitação, transporte, meio ambiente, entre outros.
- O direito universal e igualitário à saúde.
- O dever do Estado na promoção, proteção e recuperação da saúde.
- A natureza pública das ações e serviços de saúde.
- A organização das ações do Estado em uma rede regionalizada e hierarquizada,

constituindo um Sistema Único de Saúde gratuito, descentralizado para Estados e municípios, sob controle social.

- Subordinação do setor privado às normas do Sistema Único e, quando necessário, contratado sob as normas do direito público; diretriz de estatização progressiva.
- Desvinculação do Sistema de Previdência Social, com financiamento autônomo, preservada a gradualidade na substituição das fontes previdenciárias; estabelecimento de pisos de gastos.

Assim, em 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, cria-se efetivamente o Sistema Único de Saúde (SUS) que reconhece a saúde como um direito de cidadania e dever do Estado. Passa a ter por princípios e diretrizes universalidade, integralidade, controle social, hierarquização, descentralização. Equidade também compõe esse grupo, todavia, só aparece bem depois com a Norma Operacional Básica do SUS, publicada em 06/11/1996, não constando nas leis originárias 8080 ou 8142 (BRASIL, 1990 e BRASIL 1996).

Apesar da conquista obtida com a criação do SUS e a conseqüente garantia da saúde enquanto um direito da cidadania e um dever do Estado, a sua implementação vem sendo marcada pelo enfrentamento de uma série de constrangimentos impostos principalmente pelo modelo econômico adotado no País na década de 1990, fortemente influenciado pelo receituário neoliberal, evidenciado nas principais propostas para o setor saúde que vem sendo veiculada pelas agências multilaterais – Banco Mundial (BM), ou Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) – durante os anos 1990 e início dos anos 2000. As teses defendidas pelas agências multilaterais afrontam, de uma só vez, quatro dos princípios constitucionais básicos do SUS: contra a universalidade, uma política focalista; contra a integralidade, uma “cesta básica”; contra a igualdade, o favor e a porta do fundo de alguns hospitais; contra o controle público,

as leis do mercado (LIMA, 2006). Os interesses e políticas neoliberais dos órgãos acima referidos passam a tomar corpo e a se concretizar por meio da Reforma Gerencial do Estado de 1995, iniciada no governo do presidente Fernando Collor de Melo e notoriamente fortalecidas no governo Fernando Henrique Cardoso. O que ocorreu foi uma mudança na estratégia de gestão nos marcos postulados dentro do que é conhecido como “Consenso de Washington” que fórmula dez regras para países em desenvolvimento, são elas: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação (alteração e flexibilização das leis econômicas e trabalhistas), direito à propriedade intelectual. Esse projeto foi materializado a partir de uma reforma da estrutura administrativa do Estado, através do chamado *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, produzindo assim, uma nova classificação para as atividades do Estado estabelecendo novos tipos de propriedade e de administração (BRESSER-PEREIRA, 2008).

A partir de então se pressupõe que diversos setores (como a educação, assistência, social, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente, cultura, desporto<sup>4</sup>, turismo, comunicação e previdência complementar do servidor público) não têm, necessariamente, de ser propriedade do Estado, pois oneram uma atenção administrativa necessária a outros setores, sendo que concomitantemente, não podem ser propriedade privada, pois os serviços perderiam o financiamento público. A alternativa foi então se adotar o regime da propriedade pública de direito não estatal, ou seja, utilizar organizações de direito privado, mas com finalidades públicas, teoricamente sem fins lucrativos. “Propriedade pública”, no sentido de que se deve dedicar ao interesse público, que deve ser de todos e para todos, não visando o lucro; e “não-estatal” porque não é parte do aparelho do Estado.

A principal alegação para esse processo é que se passa o controle do Estado para o controle público, sendo que na verdade o que acontece é a apropriação do serviço pela iniciativa privada. Isso porque a concepção neoliberal que orientou a referida reforma, pressupõe que o controle social e seus interesses são representados, diretamente pela expressão do mercado em que predomina a livre concorrência e, por conseguinte, por meio dessa gestão será possível atender de forma mais democrática e eficiente às demandas da sociedade.

O Estado ganha uma nova forma de organização para que o mercado possa impor livremente suas forças, sem a interferência do Estado (ALVES, 2005), passando a ser entendido como “subsidiador” dos serviços, e como potencializador da capacidade de competição das empresas privadas. No caso dos serviços sociais e científicos, o financiamento a fundo perdido será dado diretamente à organização pública não-estatal, mediante dotação orçamentária, em troca de controle por resultados e contrato de gestão, nesse sentido cria-se as conhecidas Parcerias Público-Privadas (PPP), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), as Organizações Sociais (OS), as Fundações de Apoio à Universidade e numerosas outras tentativas que sempre tentam reproduzir o mesmo intuito privatizante (MODESTO, 1997).

Nessa mesma lógica, em 2007, publica-se, em sítio oficial, documento do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão denominado Projeto Fundação Estatal – Principais Aspectos, mais tarde renomeado Projeto Fundação Estatal – Proposta para Debate, todavia mantendo o mesmo conteúdo. A prerrogativa, que por sinal já nos é familiar, é justificada como a necessidade imperativa de à luz das disposições constitucionais, produzir um direito novo para dotar o Governo de agilidade e efetividade no atendimento das demandas sociais do País respondendo aos direitos e necessidades da força de trabalho ocupada e excedente com ações incidindo sobre as condições de vida gerais da população, especial-

mente aquelas das camadas sociais mais empobrecidas.

O projeto das Fundações Estatais menciona seu objetivo de regulamentar a Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998, conhecida como a emenda da reforma gerencial do Estado brasileiro, realizada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A Emenda Constitucional nº 19/98, em seu artigo 26, conforme o invocam os autores do Projeto Fundação Estatal, definiu que as entidades de administração indireta deveriam rever seus estatutos quanto à natureza jurídica em razão de sua finalidade e de sua competência. A ‘necessidade’ de regulamentação deste artigo oportunizou ao governo e seus aliados a ‘brecha’ para a realização das contra-reformas do Estado de interesse do capital, sob a forma de fundações estatais. Especificamente, no caso do SUS, há a transmissão de um sistema, efetivamente de controle social, feito através de representantes da sociedade civil, aí incluído os usuários e outras pessoas físicas ou jurídicas com interesse onde o conselho menos relevante é o Consultivo Social.

Perpetuando a mesma lógica inicia-se o governo do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva e com ele o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa é implementado para áreas distintas dentre elas a saúde, surge então o PAC da saúde ou Mais Saúde: direito de todos. Diversas ações são propostas pelo Ministério da Saúde e pelas demais entidades gestoras do SUS no esforço para atingir os objetivos e as metas definidas pelo Mais Saúde, tais como a realização de concursos públicos, o fortalecimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), a implementação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), a ampliação do programa Saúde na Família, entre outras.

É nessa conjuntura, compondo parte do Mais saúde, que o Núcleo de apoio à Saúde da Família (NASF) surge através da portaria GM/MS nº 154 de 2008, considerando a regionalização solidária e cooperativa firmada no Pacto Pela Saúde, e seus pressupostos: territo-

rialização, flexibilidade, cooperação, gestão, financiamento solidário, subsidiaridade, participação e controle social. Visando o fortalecimento do Programa Saúde da Família (PSF) que preconiza a coordenação do cuidado a partir da atenção básica organizada pela Estratégia Saúde da Família.

Art. 2º Criar os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), constituídos por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, atuarão em parceria com os profissionais das Equipes Saúde da Família (ESF), compartilhando as práticas em saúde nos territórios sob responsabilidade das ESF, atuando diretamente no apoio às equipes e na unidade na qual o NASF está cadastrado

Art. 3º Os NASF estão classificados em duas modalidades: NASF 1 e NASF 2, fica vedada a implantação das duas modalidades de forma concomitante nos municípios e no Distrito Federal.

§º 1º O NASF 1 deverá ser composto por no mínimo cinco profissionais de nível superior de ocupações não coincidentes dentre as listadas no item I deste parágrafo.

I – Para efeito de repasse de recurso federal, poderão compor os NASF 1 as seguintes ocupações do Código Brasileiro de Ocupações – CBO: Médico Acupunturista; Assistente Social; Profissional de Educação Física; Farmacêutico; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Médico Ginecologista; Médico Homeopata; Nutricionista; Médico Pediatra; Psicólogo; Médico Psiquiatra; e Terapeuta Ocupacional.

§º 2º O NASF 2 deverá ser composto por no mínimo três profissionais de nível superior de ocupações não coincidentes dentre as listadas no item I deste parágrafo.

I – Para efeito de repasse de recurso federal, poderão compor os NASF 2 as seguintes ocupações do Código Brasileiro de Ocupações – CBO: Assistente Social; Profissional de

Educação Física; Farmacêutico; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Nutricionista; Psicólogo; e Terapeuta Ocupacional.

Art. 4º Os NASF devem funcionar em horário de trabalho coincidente aos das equipes de Saúde da Família, sendo que a carga horária dos profissionais do NASF considerados para repasse de recurso federal é de no mínimo 40 horas semanais.

I – Para os profissionais médicos, em substituição a um profissional de 40 horas semanais, podem ser registrados 2 (dois) profissionais que cumpram um mínimo de 20 (vinte) horas semanais cada (BRASIL, 2008).

A princípio a Educação Física é posta como área Saúde e passa inclusive a integrar oficialmente o SUS, uma nova possibilidade de vagas no mercado de trabalho. Diante disso, o Conselho Regional de Educação Física (CREF) 4, regional São Paulo, encaminha oficialmente, o pedido às prefeituras do estado de São Paulo a solicitação de que se incluísse o profissional de educação física nas ENASF. Algumas prefeituras responderam ao pedido e afirmaram já estar objetivando isso. Com isso, o conselho buscou garantir também a regulamentação por ele dessa emergente área de atuação. Entretanto, em oposição à aparente ação pautada visando o avanço da área surge a seguinte passagem que propõe uma leitura da real essência dessa ação do CREF 4:

Nesse sentido, essa reserva de mercado, se não pode ser tratada como uma prática convencional do neoliberalismo desregulamentador de mercados, por outro lado está intimamente ligada à sua ética, ou seja, a do individualismo, dando por vencedora a tese da exclusão, ou seja, de que a humanidade não tem mais salvação, de que ela é um grande Titanic, e assim sendo, salve-se quem puder – ou melhor traduzindo, resguarde a sua fatia do mercado quem puder... Aliás, na verdade, não

existe essa tal prática convencional do neoliberalismo de que falei há pouco. Existem diferenças entre a tese do neoliberalismo, e a sua prática. Isso enfurece os doutrinários, ex-ministro Roberto Campos que o diga. Portanto, a intervenção mínima é uma tese boa para ser obedecida até que as circunstâncias concretas permitam, vide o caso da política de intervenção aos produtos japoneses nos EUA, ou ainda, a do presidente Fernando Henrique Cardoso no caso do PROER. O caso da regulamentação da profissão de educação física não deixa de ser diferente, está toda apoiada em pressupostos profissionais corporativistas, que atacam outros trabalhadores ao invés de centrar fogo nos detentores dos meios de produção, neste caso, os grandes proprietários do mundo das atividades físicas (NOZAKI, 2004 p. 15).

Nessa leitura NOZAKI (2004) nos alerta para o fato de que na verdade as ações do CREF 4 e do sistema CONFEF são calcadas na ampliação da sua fatia de mercado, ou seja, a ampliação da reserva de mercado, onde quanto mais trabalhadores da área atuando mais recursos são captados funcionando numa lógica produtiva empresarial. É pertinente essa reflexão já que a regulamentação da profissão de educação física, desde antes de sua oficialização até dias atuais, é palco de disputas importantíssimas as quais todos deveríamos tomar conhecimento.

Fica mais evidente ainda a preocupação do CREF com a reserva de mercado quando o CREF inicia uma pesquisa sobre os profissionais que trabalham no Sistema Único de Saúde e no Núcleo de Apoio à Saúde da Família. A proposta é que os profissionais atuantes informem da maneira mais detalhada possível, os procedimentos que são feitos, como os mesmos são registrados e de que forma o trabalho tem sido visto pelos outros profissionais da área de saúde e pela sociedade em geral. Uma clara preocupação com quem atua e como atu-

a, mas pautada na contraditória ética conservadora e individualizante do sistema CONFEF/CREF que coloca trabalhador contra trabalhador e apenas cobra deveres e não garante direitos trabalhistas. Infelizmente, nesse trabalho não será o foco das discussões esse tema transversal, todavia, é sempre importante apontar temas que têm de ser debatidos continuamente como a regulamentação da profissão.

Retomando agora o NASF pode-se afirmar que cabe uma análise crítica sobre o modo de implementação dessa política pública tão recente e, por conseguinte pouco debatida. É fundamental observar, por exemplo, aspectos da gestão preconizada pelo programa Mais Saúde: “Mais Saúde inova ao propor novos modelos de gestão como as fundações estatais de direito privado” (BRASIL, 2008).

Essa passagem nos remete ao que já foi contextualizado anteriormente sobre a gestão indireta de interesses públicos e algumas de suas implicações. Cabe a partir desse ponto discutir possíveis prejuízos para o trabalhador do NASF em virtude dessa administração via Organizações Sociais que dispensam licitações e concursos públicos.

O ministro salientou ainda que a qualificação de pessoas jurídicas como organizações sociais habilitará a organização social ao desfrute de certas vantagens. Mais do que vantagens, favores desmedidos, visto que essa contratação não é antecedida de licitação (BRASIL, 2007).

A possibilidade de o indivíduo formado atuar nos NASF implica para a educação física, assim como para as demais profissões, a demanda já há muito colocada de reformulação das estruturas curriculares dos cursos de educação física, conforme trecho abaixo:

A maioria dos professores de Educação Física tem incorporado a relação entre atividade física e saúde de forma linear e mecânica, sem realizar

reflexões críticas sobre os fundamentos epistemológicos dessa relação que se tornou inquestionável no campo da Educação Física. Nesse âmbito, corrobora-se com Freitas (2007) quando conclui que as discussões relativas à formação profissional, produção de conhecimento, objetivos e conteúdos de programas da área são secundarizados em detrimento da atuação voltada para o trabalho individual e o espaço privado em uma compreensão de Educação Física como sinônimo de atividade física. [...]

A possibilidade de atuação profissional nos NASF coloca para a Educação Física, assim como para as demais profissões, a urgência de buscar outros referências teórico-metodológicos para entendimento do processo saúde-doença-cuidado de comunidades. O que implica mudanças expressivas nos modelos curriculares da formação acadêmica que estejam consonantes com a realidade sanitária e epidemiológica do Brasil, mas do que ações simplistas de reserva de mercado. (MARTINEZ e BACHELADENSKI, 2009 p. 10 e 11).

## COMO ANALISAR A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A SAÚDE?

A formação em educação física é um ponto historicamente controverso por ter inúmeras perspectivas, inclusive antagônicas, do entendimento da área. Cada concepção possui uma opção por um referencial teórico que perpassa toda a discussão da construção de currículo com conteúdos afins de um determinado processo de formação profissional. Sendo assim cada formação objetiva um profissional para atuar em um locus específico da sociedade entendido como o adequado por estar calcado em uma demanda dessa atuação.

No sentido de tentar construir um mínimo múltiplo comum contemplando alguns interesses dessas perspectivas de formação distintas surgem as chamadas Diretrizes Cur-

riculares Nacionais dos Cursos de Graduação em educação física de 2004 (CONFEEF, 2010). Neste documento figuram elementos marcantes para nós, pois definem a educação física como área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano. Ao se optar por isso, se faz não a mediação de diferentes pontos de vista, mas sim a opção por uma concepção de educação física alicerçada nos marcos de um entendimento biológico da área desprezando assim, a centralidade do estudo dos quesitos econômicos, sociais e culturais em nossa formação.

Desta forma, o entendimento do corpo biológico dos indivíduos assinala uma preferência pelo estudo da atividade física e o exercício físico, definindo assim a redução da compreensão de um ser humano, como um ser de natureza social, cuja “humanidade” provém de sua vida em sociedade, para um ser complexo constituído por microestruturas celulares que provocam reações físico-químicas e assim funciona a máquina humana. É também determinado por conta disto, o surgimento do famigerado bacharelado em educação física. Formação esta que desconsidera a prática pedagógica como o elemento caracterizador da educação física e que coloca o movimento humano como objeto central da formação, e, por conseguinte, subtraindo-se do corpo de conhecimentos a parcela referente à prática docente resta os conteúdos biológicos, os quais, valorizados pela conjuntura do mercado onde explode o conceito de fitness, academias e, ainda respaldado pelo “prestígio” da pesquisa biológica onde impera a hegemonia do positivismo contemplamos uma epidemia de cursos de graduação de bacharelado em educação física.

Obviamente, assim gerações de pessoas da área se formam vivenciando uma construção acadêmica-profissional restrita aos aspectos biológicos que impossibilita uma leitura crítica e coerente da realidade social na qual intervirão através do trato pedagógico com o conhecimento. Por conseguinte, as res-

pectivas atuações profissionais, tendem a conseguir lidar com os aspectos biológicos no cotidiano, no entanto, soa estranha a possibilidade da compreensão da saúde e da doença como partes de um processo determinado socialmente - também - e não exclusivamente biológico.

A Educação Física no Brasil tem raízes na Europa, especialmente na França do século XIX. Desde o momento em que foi implementada no Brasil, no começo do século passado, tem orientado para o ensino do movimento, da técnica, do gesto automatizado, disciplinado com vistas a combater a preguiça e a imoralidade. Naquele momento, os objetivos que justificavam as intervenções sobre o corpo dos indivíduos, não só por meio da Educação Física estavam associados à regeneração da raça, ao fortalecimento da vontade, ao desenvolvimento da moral e à defesa da pátria. (CARVALHO, 2006)

Carvalho nos lembra o quanto a referida concepção de educação física remete à herança europeia bem como às perspectivas: a) eugenista de aprimoramento de uma raça; b) militarizada e padronizada da prática e c) higienista com o caráter de manutenção da idéia de um povo sem preguiça e saudável.

Sustentada por esta concepção as atuais diretrizes curriculares apontam para uma formação em educação física focal no campo biológico e não generalista como deveria ser. É importante salientar que não só a educação física tem esse recorte biológico forte na formação, mas também outras áreas de atuação em saúde como a medicina, a odontologia, nutrição, fisioterapia e fonoaudiologia bem como, terapia ocupacional e enfermagem. A formação nestas áreas ainda releva a transmissão acrítica de conhecimentos técnico-instrumentais em detrimento de conhecimentos filosóficos, sociais e culturais que permitiriam não a mera reprodução na graduação daquilo que o trabalhador formado realizará no seu ambiente de intervenção, mas sim uma

apropriação consciente e determinada pela concepção de homem e de mundo que se almeja construir compreendendo a realidade não como partes desarticuladas, mas a partir da visão da totalidade.

Com o passar dos anos, do choque desta formação a realidade, que demanda um olhar ampliado sobre o ser humano, resultam reflexões de diversos setores e passam a ser tocadas lutas por setores mais específicos como Movimento Estudantil de Educação Física.

Em face dessa conjuntura, passam a ocorrer disputas no sentido de ampliar o escopo conhecimento a ser abordado nos currículos dos cursos de formação em saúde, a fim de contingenciar a demanda por estruturas curriculares que contenham disciplinas, além das biológicas.

Recentemente, é retomada a proposta do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró – Saúde) que se apresenta da seguinte forma:

O Governo Federal vem implementando políticas de inclusão social que têm expressões concretas nas áreas sociais, especialmente na Saúde e na Educação. Na área de Saúde há um consistente esforço para a substituição do modelo tradicional de organização do cuidado em saúde, historicamente centrado na doença e no atendimento hospitalar.

Neste sentido, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESU) e com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), e com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), instituíram o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde). O objetivo do programa é a integração ensino-serviço, visando à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na Atenção

Básica, promovendo transformações na prestação de serviços à população (BRASIL, 2010).

O referido programa revela interesses em uma remodelação dos cursos de formação em saúde, a princípio eram somente três cursos, medicina, odontologia e enfermagem e a posteriori os demais cursos de saúde.

Torna mais cabíveis ainda nossas inferências, a leitura dos seguintes critérios gerais do Pro-Saúde:

- Tratamento equilibrado dos três eixos (orientação teórica, cenários de prática e orientação pedagógica);
- Clareza na abordagem conceitual (determinantes sociais do binômio saúde-doença) e esquema curricular;
- Clara possibilidade de articulação com o serviço de saúde;
- Orientação quanto à regulação e sistema de referência;
- Possibilidade de compartilhar orçamento (Escola e Serviço);
- Integração do Hospital Ensino nas redes de serviço, e
- Indicação de parâmetros de avaliação. (BRASIL, 2010)

Vale ressaltar a opção por uma abordagem conceitual que leva em conta os determinantes sociais como antes não se via oficialmente dentro dos eixos dos currículos de formação de profissionais de educação física. Ou seja, é uma proposta de tentar a superação de uma concepção comprovadamente, limitada para as demandas do serviço de atenção à saúde.

Contudo, não significa que isso é uma superação no sentido contra-hegemônico, pois caso seja mantida a mesma formação tecnicista, bancária e voltada para as demandas do mercado, com outro referencial teórico não será válida a mudança, pois só terá um sentido efetivamente superador, se for uma proposta armada de uma visão que almeje a transformação da sociedade, num sentido que rompa com o capital e se afirme uma formação embasada nas demandas concretas da sociedade.

É relevante para uma análise mais completa também recordar que na atual conjuntura temos algumas experiências de residências multiprofissionais em saúde como foi o caso de: Montes Claros-MG, Belo Horizonte-MG, Curitiba-PR, Blumenau-SC, Florianópolis-SC, Palma-TO, Aracaju-SE, Porto Alegre-RS, Salvador-BA, Sobral-CE, Marília-SP, Rio de Janeiro-RJ, Botucatu-SP, Juiz de Fora-MG, e São Carlos-SP. Nesse mesmo movimento, porém, enquanto uma política pública, desde janeiro de 2008, presenciamos a implementação, Brasil afora, de centenas de NASF com profissionais de educação física compondo as equipes (ENASF) e atuando sem uma formação adequada para o setor de saúde.

Sendo assim, é fundamental que o Movimento Estudantil de Educação Física continue acumulando em torno da temática de formação e saúde, buscando o aprofundamento em torno de uma concepção de saúde que compreenda o processo de saúde-doença como o desenvolvimento do ser biológico enquanto ser histórico e social (Laurell, 1982) e que é determinado pelas relações sociais de produção como forma de se opor a concepção reducionista que considera a saúde unicamente no seu aspecto biológico e não permite uma análise crítica da realidade social.

Junto a isso, é necessário defender enquanto objeto de estudo da área a Cultura Corporal, que permite a apropriação crítica dos elementos do esporte, da dança, da capoeira, da ginástica, dos jogos, de forma a possibilitar uma prática pedagógica que possa gerar a reflexão em torno das diversas contradições sociais existentes, que são determinantes do processo saúde-doença, e que possibilitaria uma práxis transformadora da realidade social.

Também é preciso relacionar isto a defesa pela Licenciatura Ampliada entendendo-a enquanto proposta superadora para a atual divisão curricular entre Licenciatura e Bacharelado, compreendendo que esta considera o ser humano enquanto uma síntese de múltiplas determinações biológicas, sociais, culturais e econômicas, muito longe daquilo

que as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais oferecem aos trabalhadores em formação na área da educação física.

## **PARA ONDE CAMINHA A SAÚDE E O QUE PODEMOS SINTETIZAR DISSO?**

Bem, em uma análise realista a partir dos argumentos concretos colocados, o contexto da saúde vai de mal a pior, isso por que:

a. Passa por um acelerado processo de desmonte e sucateamento o que incorre em privatização das administrações através do direito privado (Organizações Sociais, Parcerias Públicas Privadas e Fundações Estatais de Direito Privado) como parte das reformas neoliberais de desmantelamento do Estado;

b. De forma específica nossa área passa a viver com o advento dos NASFs a realidade dessa privatização, pois, por exemplo, no município de São Paulo todos os NASFs são administrados por OSs e Parcerias, as quais estabelecem, com trabalhadores, contratos precários anuais via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ou seja, sem qualquer plano de carreira ou estabilidade caracterizando a flexibilização do trabalho e uma conseqüente superexploração da força de trabalho empregada;

c. Na lógica do paradigma da atividade física, encontramos programas empenhados na prática da atividade física pela prática, tendo o corpo como um mero instrumento ou ferramenta que deve ter sua manutenção feita, através da atividade física reduzindo assim, fatores de risco o que contribui para atingir um determinado estado de saúde. Esses programas são conhecidos por Challenge Day, Agita São Paulo, Agitol entre outros, sendo políticas públicas centrais de saúde concebidas por setores da educação física (como o CELAFISCS - Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul);

d. A formação em saúde, conforme já posto anteriormente, remete a currículos limitados voltados para uma formação técnica-mecanicista e não para a reflexão crítica e discussão, voltada para o mercado e não para a sociedade, voltada unilateralmente para o campo biológico e não para todos os campos de conhecimento, inclusive o social, de forma omnilateral pautada, como deveria ser, na concepção da saúde coletiva;

e. Nessa conjuntura outro elemento a ser considerado é relativo aos megaeventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas) que ocorrerão no Brasil com isso presenciaremos o alavancamento de formações cuja premissa básica é a formação de profissionais que atuem reforçando a concepção do esporte de alto rendimento em detrimento das formações que privilegiem outros enfoques como a saúde e o esporte de base, o qual atinge uma parcela maior da população minimamente, estornando em outra moeda o investimento social na formação universitária de um profissional;

f. O quesito mais recente que surge em nossas análises associando a educação física e a saúde, é o já citado ato médico. Esse projeto de lei aposta numa ampliação da área privativa de atendimento dos médicos estendendo para a educação física, por exemplo, seu braço prescrevendo atividade física a pacientes. Isso se materializa como um desdobramento secundário do equívoco da adoção do paradigma da atividade física, como pedra angular da concepção de educação física hegemônica, pois é amplamente calcada na biologia e é obrigada a dar o braço a torcer quando se afirma que, os médicos têm muito mais conhecimento biológico por terem uma formação curricular com teor muito mais denso da área biológica. Numa análise formal um médico estuda em torno de seis anos, centralmente, elementos biológicos, já um profissional de educação física em torno de quatro anos prioritariamente a mesma

temática, logo é patente que para selecionar quem é mais tarimbado para uma tarefa de prescrição de atividade física, embasada em um corpo de conhecimento estritamente biológico, será o médico. Assim o embate a ser feito é a ruptura com paradigma da atividade física, só assim poderemos pensar numa educação física que não se paute pela formação biológica, frágil a crises identitárias desse tipo, mas sim uma formação ampliada caracterizada fundamentalmente pela prática pedagógica;

É com este olhar crítico lançado agora sobre os pontos citados, que devemos refletir e encontrar o sentido que caminha o debate de saúde e o de formação em educação física, isso porque, é fundamental qualificar uma análise que permita deduzir o curso provável dos acontecimentos, para que, a partir disso, possamos estabelecer uma projeção planejada de ações dirigidas aos objetivos estratégicos a serem determinados sobre o que foi exposto neste trabalho.

Nesse sentido, um importante elemento estratégico a ser aventado é a pressão que pode ser protagonizada pelos movimentos sociais por políticas públicas, forçando uma alteração da correlação das forças vigentes. Desta maneira, aliamos a “guerra de movimento” à “guerra de posições”, no sentido gramsciano, acumulando forças em certas conjunturas como é o caso do debate sobre o ato médico para pautar mais tarde a campanha pela revogação das atuais diretrizes curriculares com argumentos concretos.

Entendemos como estratégico o fortalecimento dos movimentos sociais também pelo entendimento de que, recorrentemente, o Governo Lula tem acatado o chamado Modelo Liberal Periférico, o qual tem três conjuntos de características marcantes: liberalização, privatização e desregulamentação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. Esse modelo é aceito com docilidade pelo governo brasileiro em função da pressão do Banco Mundial e de outros órgãos multilaterais in-

ternacionais. Sendo assim, é premente a organização dos movimentos sociais em torno da pauta da saúde, pois a condescendência referida tem apoio de segmentos da sociedade civil organizada, o que dá suporte para a materialização das medidas norteadas pelos três eixos postos anteriormente, e respaldo para o discurso falacioso da legitimidade da democracia burguesa.

Em todo caso é fundamental para organização da luta dentro do Movimento Estudantil de Educação Física, bem como qualquer outro movimento social, que estejamos armados de uma concepção de mundo materialista-histórica-dialética, para que consigamos ligar nossas lutas cotidianas às lutas mais amplas criando assim uma conexão resistente às investidas do capital, independentemente da origem que tenham, pois assim nos caracterizaremos sempre pelo entendimento crítico da essência de cada ação da classe dominante, sabendo identificá-la em qualquer campo que surja lidando sempre de forma organizada e coletiva, acirrando a disputa e ganhando posições nos espaços que nos propusermos à disputa.

## NOTAS

1. Estudante de Educação Física da Universidade de São Paulo; Coordenador Nacional de Finanças - ExNEEF Gestão 2009/2010

2. Estudante de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria; Coordenador Regional Geral - ExNEEF Gestão 2009/2010; Membro do Diretório Acadêmico do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM (DACEFD/UFSM); Militante do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) - Núcleo Santa Maria.

3. Era bem mais complexa e multifacetada a tensão entre aqueles que acreditavam que a doença era um obstáculo ao desenvolvimento e a saúde constituía um pré-requisito essencial para os avanços sociais e econômicos no mundo em desenvolvimento, e os 'desenvolvimentistas', que compre-

diam não ser suficiente o combate às doenças para a superação da pobreza (LIMA, FONSECA e HOCHMAN, 2005, p.49).

4. O desporto assume-se nos dias de hoje como um dos fenômenos mais importantes da sociedade contemporânea. O impacto dos acontecimentos desportivos no cidadão comum é enorme quando consideramos: o tempo passado a absorver a informação veiculada pelos "media"; a forma e o tipo de participação em actividades voluntárias ou organizadas por instituições vocacionadas para o efeito; o consumo de publicidade ou formas associadas e as dinâmicas colectivas e sociais implicadas. Neste sentido, o desporto moderno enquadra-se numa grande mobilidade de interesses de âmbito político, económico e social quanto à sua divulgação, implementação e participação. O desporto é constituído por uma diversidade de actividades que se sujeitam a regras rígidas, códigos precisos segundo estruturas e dinâmicas organizadas de forma universal, independentemente da situação ou do espaço geográfico em que se realizam (Parlebas,1981). A prática do desporto institucionalizado tem vindo a evoluir com assinalável relevo em todos os seus quadrantes: investigação científica, formação de técnicos especializados, instituições vocacionadas na sua implementação e organização, plano médico e jurídico e progressivo empenhamento dos responsáveis na sua valorização (NETO, 1997 p. 2).

## REFERÊNCIAS

°ALMEIDA-FILHO, N. **Uma breve história da epidemiologia**. Rio de Janeiro, Editora Medsi. 1999 – p. 11

°ALVES, Melina Silva. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Um olhar através da Vivência no Movimento Estudantil de Educação Física**. Monografia (Graduação) – Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

°BRASIL. Superior Tribunal Federal. Informações obtidas em: <<http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa/ultimas/ler.asp?CODIGO=221467&tip=UN>>. 04/02/2007

- ° \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Informações obtidas em : <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pacsauade>>; 2008
- ° \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró – Saúde)** <<http://prosaude.org/not/prosaude-maio2009/proSaude.pdf>> Em 11/03/2010
- °BRESSE-PEREIRA, L C. **Os primeiros passos da Reforma Gerencial do Estado de 1995.** <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2834>>. 2008
- °CARVALHO, S R. **Saúde Coletiva e Promoção à Saúde: uma reflexão sobre os temas do sujeito e da mudança.** São Paulo: Editora Hucitec; 2005.
- °CARVALHO, Y M. **Promoção da Saúde, Práticas Corporais e Atenção Básica.** Revista Brasileira Saúde da Família. Brasília / 2006
- °CEBES. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. <<http://www.cebes.org.br/>>. 1997 p. 12
- °CONFEF. Conselho Federal de Educação Física. <[http://www.confef.org.br/RevistasWeb/n12/04\\_DIRETRIZES\\_CURRICULARES.pdf](http://www.confef.org.br/RevistasWeb/n12/04_DIRETRIZES_CURRICULARES.pdf)> Em 11/03/2010
- °ESTEVÃO, A, PALMA, A, BAGRICHEVSKY, M. **A Saúde em debate na Educação Física.** Blumenau, Editora Edibes. 2003 p. 32
- °FLEURY, S A. **Questão Democrática na Saúde. Saúde e Democracia: A luta do CEBES.** São Paulo: Lemos Editorial. 1997 p.26
- °KUENZER, Acácia Zeneida. **Sob a Reestruturação Produtiva, Enfermeiros, Professores e Montadores de Automóveis se encontram no Sofrimento do Trabalho.** Trabalho, Educação e Saúde, 2(1): 239-265, 2004.
- °LAURELL, Asa Cristina. **La salud-enfermedad como proceso social.** Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, 1982, pp.7-25.Trad.E.D.Nunes.
- °LIMA, J de C. **História das lutas sociais por saúde no Brasil.** Trabalho Necessário ano 4 nº4 <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/juliano%20tn4.htm>> 2006
- °LIMA, N T, FONSECA, C M O, HOCHMAN, G. **A Saúde na Construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma sanitária em Perspectiva Histórica.** Rio de Janeiro, Editora Fiocruz. 2005. p. 25, 49, 63.
- °MARTINEZ, J F N, BACHELADENSKI, M S. **Educação Física e Saúde Coletiva: Possibilidades de inserção e formação profissional no para SUS.** Anais XVI CONBRACE. Setembro de 2009
- °MENDES, E V. **Uma agenda para a saúde.** São Paulo. Saúde em debate, 88. 1999.
- °MODESTO, P. **Reforma administrativa e marco legal das organizações sociais no Brasil: As Dúvidas dos Juristas sobre o Modelo das Organizações.** Revista do Serviço Público. 1997
- °NETO, F S A. **A equidade no código civil brasileiro.** Revista CEJ, Brasília, n. 25, p. 16-23, abr./jun. 2004
- °NOZAKI, H T. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão.** Universidade Federal Fluminense, Niterói 2004 p. 15
- °RESENDE C S, GASTALDO D. **Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista.** Ciência saúde coletiva vol.13, Rio de Janeiro, 2008 p. 37
- °SANTOS, L A de C. **O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, nº2. 1985. p. 15 - 32

# O MOVIMENTO E A CONSCIÊNCIA SOCIAL

Ademar Bogo<sup>1</sup>

Há um fundamento filosófico na “Crítica da Economia Política” de Karl Marx, onde nos alerta, que as relações jurídicas não podem ser entendidas a partir de si mesmas, nem através do desenvolvimento do espírito humano, mas sim pelas relações materiais de vida que estes seres estabelecem na sociedade civil (MARX, 1982). Isto nos remete a compreender que, se para produzir a vida diversas relações de produção, com o avanço das forças produtivas ficam superadas, com as formas organizativas pode ocorrer o mesmo.

As relações materiais, em primeiro lugar, se dão no campo da produção da vida, ou seja, no trabalho, cujo esforço é utilizado para a formação da base econômica da sociedade, onde se desenvolvem as forças produtivas, sejam elas representadas pelas máquinas ou pelas técnicas.

Quando ocorrem mudanças estruturais na base econômica, é como se houvesse um profundo deslocamento na colocação das forças produtivas, realizado de forma tão violento, que as relações sociais e políticas também sofrem grandes transformações. Surge então, aquilo que se costuma chamar de crise estrutural.

Na medida em que as mudanças estruturais estão sendo processadas, vão desarrumando a ordem organizativa das forças sociais e políticas fazendo-as mudar de posição, primeiramente no sentido da colocação física e posteriormente no sentido político, ideológico e organizativo. As novas posições podem vir a ser mais ofensivas ou defensivas.

As mudanças tecnológicas vistas nos últimos tempos e a ampliação da divisão social

do trabalho em todos os níveis, fizeram com que o proletariado, conhecido como a força fundamental para o processo revolucionário, sofresse um profundo abalo nas suas formas organizativas e na própria constituição da classe. Como se houvesse uma “desclassificação”, os operários que faziam parte de uma categoria produtiva, estavam vinculados aos seus ofícios e conseqüentemente aos seus sindicatos, ao perderem o posto de trabalho, perderam também o lugar que ocupavam dentro da classe. Foram empurrados para outra posição: no trabalho informal e na desorganização sindical. A classe não deixou de existir, mas sofreu um abalo na sua totalidade.

Este fenômeno das mudanças estruturais crescente trouxe profundas conseqüências para a organização dos enfrentamentos na luta de classes, pois, enquanto que nas fábricas o capital faz o movimento de reestruturação e qualifica a classe dominante, enfraquece o outro lado. O movimento sindical, asfixiado pelas contradições e sem condições de alcançar vitórias, perde espaço com uma quantidade significativa de trabalhadores que passam a ser conhecidos como camelôs, trabalhadores informais, desempregados, sem-teto etc.

Ao mesmo tempo em que ocorre este fenômeno da desmobilização dos trabalhadores pela separação do sujeito organizado e sua categoria, os instrumentos organizativos, como os partidos e os sindicatos que, historicamente tiveram intimidade nas relações das lutas econômicas e políticas, sofrem certa “desautorização” na representatividade das classes, pois, se elas processaram um movi-

mento de deslocamento da classe, também mudaram e fizeram mudar a posição política e ideológica dos instrumentos que os representavam. Os interesses das partes nem sempre se combinam.

Ao não perceber ou por não ter forças para reagir ao movimento das mudanças estruturais, as mediações organizativas que anteriormente utilizavam em separado e corporativamente certas táticas, como, greves, atos massivos, ocupações de terra etc. foram transformando estas iniciativas em fórmulas aos poucos assimiladas pelo capital e pelas forças de repressão. A ofensiva se converteu em defensiva, onde o objetivo não é mais ampliar as conquistas, mas lutar para manter o já conquistado.

Os partidos políticos, que historicamente se preocuparam em traçar e fortalecer a estratégia da luta pelo poder, ampliaram o leque de articulação entre as classes antagônicas, e investiram na fórmula eleitoral, sem ter mais a intenção de provocarem rupturas, mas, em grande medida, colocam-se como força auxiliar do projeto desenvolvimentista do capital.

O capital por sua vez, por ser portador de uma natureza contraditória, não deixa de revelar constantemente os aspectos de suas crises: econômicas, sociais, políticas, morais, ambientais, culturais etc. e com isto, põe em crise também diversas relações de produção e políticas organizativas. É como se um grupo de trabalhadores estivesse abrindo um caminho com picaretas e encontrasse uma grande rocha e, de um momento para outro vêem aquela ferramenta tornar-se obsoleta.

Se o fenômeno das mudanças estruturais se processou primeiramente na indústria, posteriormente voltou-se para a agricultura. Atingiu as forças produtivas e as formas de produção e colocou como referência o modelo tecnológico conhecido como agronegócio. Este movimento do capital financeiro representa ser ainda mais perverso, pois além de provocar o deslocamento das forças sociais e a desorganização da classe, avança sobre o terri-

tório apossando-se dos bens naturais tornando-os matéria prima a qualquer custo, transformando-a em mercadorias. Com tais mudanças, os camponeses também estão sendo violentados e questionados no uso de suas táticas e nas formas organizativas.

Diante das dificuldades de acumular forças, pois as vitórias tornam-se esparsas, os movimentos sociais organizados, no final desta década, começam a sofrer o mesmo fenômeno desmobilizador e desmotivador pelo qual passou o movimento sindical urbano. Somado a isto, e aproveitando da fragilidade das forças e o movimento das contradições favoráveis ao capital, o governo investe nas políticas assistencialistas, subornando a consciência das massas que passam a confiar mais nos pequenos benefícios garantidos oficialmente, do que nas lutas pelas grandes conquistas.

Três importantes referências constitutivas da sustentação dos processos sociais e políticos são afetados por estas condições e reforçam as dificuldades na reação das forças:

## **PRIMEIRO: O POTENCIAL ESPONTÂNEO**

A espontaneidade é o fenômeno da motivação das massas a partir das próprias contradições detectadas por elas mesmas. É a reação particular das forças sociais que permite demonstrações de descontentamentos contra a ordem vigente. Quando isto não ocorre, não significa que as massas estejam apáticas, significa que elas não estão dispostas a agir contra aquilo que se colocou estruturalmente, como desafio maior. É como se o movimento das mudanças estruturais que deslocou violentamente a colocação das forças, tivesse aturdido as consciências e rebaixado a capacidade do entendimento das massas para lutarem pelas mudanças estruturais que as entidades organizadas pretendem.

Não havendo compreensão sobre o tipo de espontaneidade existente, as forças ainda organizadas, não conseguem perceber os si-

nais que as massas enviam e por isto ficam presas a formas de lutas isoladas, desligadas umas das outras, sem saber quais são os meios de mobilização que as massas aceitam. Em resumo, as linguagens sofrem um desencontro.

## **SEGUNDO: O NÍVEL DE CONSCIÊNCIA**

A consciência social é fruto da convivência social, política e organizativa estabelecida pelos seres sociais. As reações espontâneas cumprem o papel de ajudarem as massas a fazerem a própria experiência de luta. Na medida em que não há experiências, a consciência deixa de ter um precioso suporte para o seu desenvolvimento.

É neste sentido que a consciência como um movimento permanente, não tendo o alimento mínimo para a sua sustentação, não desenvolve pode haver situações onde ela regride e define. Podemos observar facilmente pelas reações negativas de populares e também de intelectuais, quando a mídia noticia uma ação um pouco mais radical das lutas sociais. Como se não coubesse mais nos conflitos aspectos que ataquem diretamente o capital as opiniões se dividem e confundem as razões.

Por sua vez, as forças organizadas contribuem para a confusão das perspectivas quando não apontam claramente para as massas as diretrizes estratégicas. “É impossível traçar uma tática dúbia que tanto sirva para uma saída pacífica quanto para uma saída não pacífica” (MARIGHELLA, 2006).

## **TERCEIRO: AS FORMAS ORGANIZATIVAS**

As formas organizativas são iniciativas de organização social e política para enfrentar os desafios colocados pelas forças opostas em um determinado período. Refere-se à aplicação da categoria da dialética, do conteúdo e da forma. Para determinados conteúdos, necessita-se de determinadas formas, ou o seu con-

trário também é verdadeiro, mas, a rigor, o que determina isto são as mudanças estruturais. Na medida em que o movimento estrutural muda de qualidade, da mesma forma o movimento das forças políticas e sociais deve mudar e aperfeiçoar as suas qualificações.

Não podemos negar que estamos vivendo um tempo em que as formas organizativas estão passando por profundos questionamentos. Os partidos recorreram à fórmula eleitoral para chegar aos governos e abandonaram a perspectiva revolucionária.

As estruturas sindicais que foram instituídas de alguma forma, a partir da revolução industrial, quando os trabalhadores precisavam de um instrumento para defender os seus interesses contra o capital, teve seu auge, na divisão social do trabalho industrial, quando a especialização obrigou a reunir grandes contingentes de trabalhadores em alguns pontos. Eles, ali fermentavam as disputas e enfrentamentos mais qualificados contra o capital.

Não significa dizer que estas formas organizativas estejam superadas e já estejam obsoletas, mas é importante perceber que a grande maioria dos trabalhadores e as grandes massas populares, não são mais atingidas pela influência destas estruturas. Logo, a contradição que levou à precarização das relações do trabalho e esvaziou muitos sindicatos, pela demissão em massa de trabalhadores, também forçou os partidos políticos, aliados da classe trabalhadora, a mudarem de posição política, rebaixando o conteúdo e a ofensiva de suas iniciativas e a buscarem o fortalecimento, em outros meios sociais, com novas fórmulas de disputas, pelo simples fato de terem incluído nas mesmas fileiras, parcelas da classe dominante.

## **OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Os movimentos sociais são inicialmente as formas organizativas que surgem pela exigência da espontaneidade das massas. Ao mesmo tempo que são frutos da espontaneidade,

também a motivam pelo exemplo. Por esta razão é que, geralmente possuem conteúdos e formas diversificadas.

Há uma definição, do que são os movimentos sociais feita por Ilse Scherer-warren (1989) dizendo que estas formas organizativas surgem quando os grupos se organizam na busca da libertação, para superarem alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada. Para ela, movimentos sociais são “(...) uma ação grupal para a transformação (a práxis), voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida ( a organização e sua direção)” (idem, 1989, p.20).

Isto remete a compreender que há diversos níveis de organização popular e social que podem definir a natureza dos movimentos sociais. Há concepções que defendem a transitoriedade do movimento social, isto porque ele existiria até o momento em que a sua reivindicação ou o conjunto delas, seja atendida ou dificultada, que a sua força organizada já não conseguiria mais enfrentar a força opositora e se desmobilizaria.

Há na contemporaneidade, pela natureza do capitalismo, a tendência política de limitar o alcance das conquistas, dificultando o atendimento do conjunto das reivindicações, com isto, alguns movimentos tiveram que se estruturar adequando-se aos desafios e qualificando-se para desenvolverem lutas prolongadas. Daí alguns deles adquiriram também referência política. Mas não se pode confundir esta qualificação com a capacidade de um instrumento político capaz de responder aos mais amplos desafios.

Há movimentos que, por reunirem sujeitos que descendem de várias categorias, reestruturam a classe social como é o caso dos trabalhadores Sem Terra que, ao se proporem a participar da luta pela terra, fortalecem a classe dos camponeses.

No momento presente, presenciamos

análises que definem o período como de puro “descenso”, como se as massas estivessem totalmente apáticas. Não deixa de ser verdadeiro, no sentido da constatação do que se fazia antes não se faz mais na mesma intensidade nas lutas sociais. Ocorre que, a permanecer este tipo de análise, a forma adotada para organizar anteriormente, que, por não ver os mesmos resultados, a explicação de sua ausência e não a proposição vira o conteúdo político. Neste sentido, se estávamos acostumados a olhar a sociedade pela janela do sindicalismo e do partido político, na medida em que o proletariado e as massas populares saíram para o outro lugar e já não se pode mais vê-las pela mesma janela, não é que aquelas forças deixaram de existir, a janela é que se tornou insuficiente e não nos deixa ver para onde foram.

É preciso considerar no deslocamento das forças que, em nosso país se processou a urbanização da população sem a realização da revolução burguesa. Esta deveria ter provocado diversas reformas. O avanço da “civilização” não superou certos entraves políticos, sociais, morais e culturais. É esta elevada urbanização (cada vez mais descontrolada) que os instrumentos políticos institucionalizados e sindicais, burocratizados, não conseguem compreender e superar as contradições em que vivem.

Ocorre com isto um desencontro na linguagem, na simbologia, na disciplina participativa, no método organizativo e no programa defendido pelas entidades e também alguns movimentos mais experientes já compostos, com a espontaneidade dos grandes contingentes de massas urbanizadas.

Esta suposta separação que há entre as entidades organizadas (partidos, sindicatos, igreja etc) deve ser vista também como uma saturação das relações anteriores e que as massas indicam que não estão mais à disposição e nem a serviço de antigas proposições, que, para executar a autoridade das instâncias, determinava quando era para avançar e quando se devia recuar, como se todas as partes tivessem os mesmos interesses e o mesmo tempo

histórico.

As massas se põem em marcha se as forças que as convocam ou acompanham, se mantiverem fiéis a elas. Não sendo assim, elas podem romper o pacto de unidade, desencantando-se com o que estava proposto e abandonar o campo de batalha. Assim aqueles que lideravam e representavam grandes multidões, de uma hora para outra, falam para o vazio. O contrário ocorre com aqueles que as massas consideram fiéis a ela. Esta relação também abre espaço para o populismo e as massas podem levar muito tempo presas a certas ilusões, sem, contudo, deixar de reagir em outras dimensões. Neste sentido é que se recorre ao instrumento político para que se apresente como a parte mais consciente para formar o pacto com as massas, sem retirar dela o direito à espontaneidade de fazer a sua própria reação, com suas formas e dinâmicas.

Neste sentido é que a espontaneidade, a organização e a formação da consciência no movimento social se combinam. Ou seja, ao mesmo tempo em que a motivação pode se dar pela espontaneidade e as massas provocarem em si mesmas a animação para a luta, a organização de uma força pode motivar novas participações e ampliar a força seguindo a lei dialética da quantidade. Por sua vez, esta força ao atuar coerentemente também se qualifica e eleva o nível de consciência de seus participantes.

É importante compreender que as massas observam as referências organizativas que se colocam para ela com a autoridade de representá-la, mas em seu meio ela própria cria as suas direções que estão fora das instâncias. São as estas direções que as instâncias devem recorrer para saber como está o estado de espírito, a motivação e o interesse das mesmas para enfrentar certos desafios.

O que estamos presenciando não é propriamente um descenso, mas um distanciamento das instâncias tradicionais, que mudaram de posição e se afastaram das direções e representações espontâneas das massas. Daí que se torna importante discutir e atualizar

o conceito de “trabalho de base”.

As referências espontâneas podem ser: uma liderança popular, um agente de saúde, um líder religioso etc. A mesma confusão em relação ao descenso, ocorre com aqueles que tecem as suas análises afirmando que “o trabalho acabou” ou que “a água vai acabar”. De fato, aquele tipo de trabalho estruturado, disciplinado, com carteira assinada pode ter sofrido fortes reduções, mas as massas não vivem da criminalidade, vivem é do trabalho! O que acontece é que elas podem não estar mais nos sindicatos na proporcionalidade que estavam anteriormente. Logo, o caminho para encontrá-la deverá ser também pela criação de uma nova mediação que esteja ao alcance de seus interesses. Isto não quer dizer que por causa disso haja uma reação generalizada. A grande reação da totalidade das massas, empurrada pela espontaneidade pode demorar a surgir, por não se ter enraizado as mesmas intenções, mas é importante, os exercícios particulares para que se possam ir formando lideranças e alimentando as idéias do projeto estratégico. Ou seja, no particular é possível induzir e motivar a organização.

O que isto quer dizer? Quer dizer que se a motivação é espontânea enquanto conteúdo, a forma organizativa pode ser propositiva, onde se tome como referência exemplos já existentes ou inovações adequadas. Então podemos concluir que há diferentes níveis de espontaneidade; ora mais religiosa, ora mais popular; ora mais sindical; ora mais institucional como é o caso da participação no processo eleitoral, o fundamental é compreender quais são as formas organizativas que se combinam com estes momentos e que tipo de questões estão colocadas para serem respondidas.

## **A AGENDA PRÓPRIA**

Havemos de convergir para o aspecto de que as massas têm a sua própria pauta. Esta, geralmente não está escrita, mas é alimentada pedagogicamente pela linguagem cotidiana,

quando se processam as análises informais onde cada qual expõe a sua visão sobre a crise, as contas a pagar, os serviços mal prestados pelos órgãos públicos etc.

Se a análise é espontânea, no sentido que tem em si o próprio princípio originador, as interações também se dão espontaneamente, enquanto não surja uma mediação que cumpra esta função relacionar as diversas categorias de análise.

A função da mediação organizativa é ligar as diferentes intenções numa mesma totalidade e orientá-las para o mesmo fim. Então a agenda política precisa ser formulada, (mesmo que alguns referenciais colocados sejam de outras forças), com o conteúdo dos diferentes interesses das classes e das massas.

Nisto consiste o primado das tarefas. Elas devem aparecer orientadas pela interação dos sujeitos e não simplesmente pela solicitação externa. Se isto ocorrer, a velha relação do passado onde tudo era determinado pela força dirigente, ou pela política superior, não haverá autonomia nem se aproveita o enorme potencial escondido na criatividade das massas. A tendência é trilhar o caminho de facilmente converter as táticas em fórmulas pela incapacidade de sua articulação.

Logo, o processo eleitoral que muito é considerado, assumido ou contestado, perderá a sua centralidade no momento em que as forças sociais estabelecerem a sua agenda com suas próprias diretrizes. A eleição, enquanto permanecer a atual política de alianças, que por si só não muda a correlação de forças, entrará então como um item e não como um eixo articulador das perspectivas.

Para se estabelecer uma agenda que de fato contemple os diversos interesses das massas e das classes trabalhadoras urbanas e rurais, é importante observar três aspectos: teóricos, políticos, organizativos.

Na medida em que as análises se apossarem da essência dos fenômenos e as ações políticas conseguirem articulá-los, haverá o ressurgimento das diferentes formas organizativas. De uma maneira exemplificativa, pode-

mos recorrer ao final da década de 1970 e início de 1980, quando houve o ressurgimento das formas organizativas. Começou pela renovação partidária sem abandonar a forma de partido, que superou os referenciais anteriores. Na luta sindical, o surgimento da Central Única dos Trabalhadores, como uma central de articulação das mediações particulares, sem abandonar a forma sindical, e os movimentos sociais inovadores pelas formas, métodos e princípios.

As circunstâncias da época, de certa forma se assemelhavam às circunstâncias da revolução industrial européias de exploração e dura repressão, por isso bastou atualizar as formas organizativas e colocá-las como mediações, para ampliar o movimento de massas.

Atualmente as circunstâncias são bastante adversas e no mundo todo presenciamos modificações na composição das forças e limitações das mediações para enfrentarem os desafios propostos, por isso os esforços são maiores e os desafios exigem que se enfrente a ortodoxia e o dogmatismo que limitaram a capacidade criativa das massas e das forças organizadas, colocando em seu lugar o movimento dialético do conhecimento.

A direção ideológica é fundamental, sem ela não há como acertar na direção política. Mas a ideologia é uma construção da própria teoria da transformação do meio onde as forças vivem e atuam. É esta elaboração que permite que a práxis tenha clareza de sua finalidade e todas as forças em luta possam fazer suas experiências, tornando-se cada vez mais conscientes.

Os movimentos sociais, nas suas mais diferentes formas, cumprem o papel de motivar e organizar as massas a partir do local em que vivem. Mas não são as únicas maneiras de organizar as massas, as forças e as classes.

Cada mediação tem a sua função, seja ele um conselho, uma associação, um movimento social ou estudantil, um sindicato, um partido, uma frente etc. O importante é saber se cada qual cumpre de fato com sua função e como se juntam numa grande e sólida aliança

de forças para atingirem o objetivo que individualmente não conseguiriam alcançar: o socialismo.

## NOTAS

1. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

## REFERÊNCIAS

°MARIGHELLA, Carlos. **A crise brasileira**. Publicado no tomo III, da teoria da organização política da editora Expressão Popular ; 2006.

°MARX, Karl. **Introdução á critica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.25.

°SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

## COORDENAÇÃO NACIONAL

### *Coordenação Geral*

Geovanna Dutra (UFSM/UFBA)  
Jomar Borges (UFBA)

### *Coordenação de Imprensa e Divulgação*

Gabriel Conte (UFPR)  
Breno Nóbrega (UFS)

### *Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão*

Marcus Fuchs (UFSM)  
Vivian Dutra (UFRJ)

### *Coordenação de Finanças*

Pedro Silveira (UFRGS)  
Marcel Segalla (USP)

### COORDENAÇÃO REGIONAL 1

Daniel Carneiro (USP)  
Otoniel (UFSCar)  
Tauana Tubero (UNESP-PP)  
Mariana Prado (USP)  
Allan Bezerra (USP)  
Bruno Modesto (UNICAMP)  
Márcio Braguim (UNESP-PP)  
Solange (UNICAMP)  
Valmir Stocco (UNICAMP)

### COORDENAÇÃO REGIONAL 2

Amanda Schütte (UFRRJ)  
Cynthia Rezende (UFJF)  
Diego Alves (UFMG)  
Elieson dos Santos (UFRJ)  
Leonardo “Panda” (UERJ)  
Loize (UERJ)  
Luiz Carlos “Monstro” (UFRJ)  
Noranda Fonseca (UFES)  
Raphael Pequeno (Estácio de Sá)  
Raul (UFLA)  
Rosana (UFF)

### COORDENAÇÃO REGIONAL 3

Vinícius Ludovice (UNEB/  
Guanambi)  
Sandra Morena (UFBA)  
Cíntia Araújo (UFPB)  
Mak (UCSal)  
Juliana (UEFS)  
Isaac Dória (UFS)  
Brener Ranieric (UFC)  
Fernando Augusto (UFPB)  
Jeffirson Ramos (UNEB/  
Guanambi)  
Thyago Felix (UFPE)

### COORDENAÇÃO REGIONAL 6

Vivian Portela (UFRGS)  
Guilherme Lovatto (UFSM)  
Thais Godoy (UEM)  
Andre Motta (UFPR)  
Ricardo (UFSC)  
Vinícius Brasil (UFSM)  
William Batista (UFPR)  
Paula Silveira (UEM)  
Everson (FURG)  
Guilherme “Mineiro” (UFSC)

### COORDENAÇÃO REGIONAL 4

Jonathas (UFMA)  
Cecília (UEPA)  
Iaci Jara (UFMA)

### COORDENAÇÃO REGIONAL 5

Simone Coutinho (UNB)  
Marcela Brum (UFG)  
Paula (UCG)  
Kelly (UEG)

**EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
GESTÃO 2009/2010**